

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

ATA Nº 034

PRESIDENTE - DEPUTADO J. BARRETO

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Estamos iniciando mais uma Audiência Pública, requerida pela eminente Deputada Verinha Araújo e pelo Deputado J. Barreto, sobre uma questão já amplamente conhecida por todos nós. Vamos debater com o Governo do Estado a questão do avanço das conquistas já mencionadas pela imprensa e por nós aqui na Assembléia Legislativa.

A Deputada Verinha Araújo confirmou o convite à Secretária de Educação do Estado de Mato Grosso, Ana Carla Muniz, com o protocolo do dia 29 de agosto. Foi muito rápido, porque fomos chamados pelo SINTEP para convocar esta Audiência Pública oficial aqui na Assembléia Legislativa. Tão logo recebemos o questionamento do SINTEP, a Deputada Verinha Araújo e o Deputado J. Barreto idealizaram-na para hoje, às 09:00 horas.

Vamos ler aqui o convite do gabinete da Deputada Verinha Araújo à Secretária Ana Carla Muniz:

“Com grande satisfação, convidamos Vossa Excelência para participar desta Audiência Pública, com o objetivo de debater o recomeço do Projeto de Profissionalização Arara Azul, a se realizar no dia 02 de setembro do corrente ano, às 09:00 horas, no Auditório da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, requerida pela Deputada Verinha Araújo e pelo Deputado J. Barreto.”

Vamos dar início, esperando que a Sr^a Secretária ou o Secretário Adjunto de Estado de Educação, Professor Antônio Carlos Máximo, que conversou por telefone, chegue a este Auditório da Assembléia Legislativa.

Convidamos para ocupar lugar à Mesa: a Deputada Verinha Araújo; a Professora Tânia Tereza Pasqualine, da subsede do SINTEP de Rondonópolis; o Professor Gilson Romeu da Cunha; o Professor Gilberto Brizola, Presidente do SINTEP, subsede de Nova Xavantina; o Sr. Reginaldo Eugênio de Carvalho, Vice-Presidente da Subsede do SINTEP de Nossa Senhora do Livramento.

Gostaria de perguntar se existem representantes de subsedes das diversas regiões do Estado de Mato Grosso aqui presente (PAUSA). Temos do SIPROS.

Gostaria de convidar também, para participar da Mesa: o representante do SIPROS; o representante da subsede de Cáceres, Professor Bartolomeu; o representante da subsede de Rondonópolis e o representante da subsede de Barra do Garças.

Em nome da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública, para debater o recomeço do Projeto de Profissionalização da Educação - Arara Azul.

Registramos a presença da Professora Rosimire Rodrigues; da Professora do CEFAPRO, de Cuiabá; da Professora Telma Maria de Oliveira, da Escola Estadual Djalma Ferreira de Souza, de Cuiabá; dos funcionários da Escola Eliodoro Capistrano da Silva, de Cuiabá, dos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

funcionários da Escola Estadual Fernando Leite, de Várzea Grande, dos funcionários da Escola Estadual Cesário Neto, de Cuiabá, dos funcionários da Escola Ensino Especial Livre Aprender, de Cuiabá; dos funcionários da Escola Estadual Nilo Póvoas, de Cuiabá.

Agradecemos a presença dos quase cem trabalhadores da área de educação da cidade de Rondonópolis, que vieram em massa para prestigiar esta Audiência Pública.

Agradecemos a presença da Sr^a Sílvia Regina Batista da Silva, representando o SIPROS - Sindicato dos Servidores Públicos da Região Sul do Estado de Mato Grosso.

Agradecemos a presença das escolas estaduais de outros municípios: Escola Frei Ambrósio, de Cáceres; Escola Maria Nazareth, de Barra do Garças; Escola Irmã Diva Pimentel, de Barra do Garças, e Escola 10 de Dezembro, de Pedra Preta.

Também agradecemos a presença das escolas estaduais de Rondonópolis: Escola Marechal Dutra, Escola Dom Wunibaldo, Escola Sagrado Coração de Jesus, Escola Ramiro Bernardo da Silva, Escola Nunes Rocha, Escola Professora Amélia de Oliveira, Escola Adolfo de Moraes, Escola Maria de Lima Cadidê, Escola Elisabete de Freitas Magalhães, Núcleo de Tecnologia, Escola Emanuel Pinheiro, Escola Sebastiana Rodrigues da Silva, Escola Erínio Berton, Escola Domingos Aparecido Santos, Escola José Salmen Hanze, Escola Lucas Pacheco, Escola La Salle, Escola Daniel Martins de Moura, Escola Eunice Souza Santos, Escola Antônio Guimarães Balbino, Escola Silvestre Gomes Jardim, Escola Nossa Senhora do Amparo, Escola Santo Antônio, Escola São José Operário e Escola Maria Elza Ferreira Inácio. Todas essas são da cidade de Rondonópolis. Elas se organizaram e vieram assistir a esta Audiência Pública.

Convidamos a Sr^a Maria Aparecida, Vice-Presidente do SINTEP de Mato Grosso, e Presidente do SINTEP, subsede de Várzea Grande, para comporem a Mesa.

Agradecemos a presença dos funcionários da Escola São Miguel, de Pontal do Araguaia, da região do Vale do Araguaia.

Agradecemos a presença dos funcionários da Escola Estadual General José Machado Neves da Costa.

Confirmamos a presença do SINTEP/MT, na pessoa da sua representante, Sr^a Tânia Tereza Pascoaline.

Nós vamos passar a palavra a Deputada Verinha Araújo, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

A Deputada Verinha Araújo fará uso da palavra.

Com certeza, estamos na expectativa da chegada de um representante da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso a esta Audiência Pública.

Nós queremos elogiar a atuação da Deputada Verinha Araújo, sempre atenta às questões da educação em nosso Estado. A Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social desta Casa tem tido um zelo muito especial, principalmente em favor dos profissionais da área de educação do nosso Estado. Com a palavra, a ilustre Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Muito obrigada, Deputado.

Eu gostaria de colocar aos nossos funcionários e funcionárias da educação, aos nossos colegas professores, aos cidadãos e cidadãs que acompanham esta Audiência Pública, à Mesa, em nome dos nossos companheiros do SINTEP, que nós, na semana passada, recebemos a Professora Tânia Pasqualine na Assembléia Legislativa, que veio nos trazer a preocupação com relação ao início das atividades do Programa de Profissionalização dos Funcionários, o Projeto Arara Azul. Estava agendado o início das atividades em Rondonópolis, a Secretaria Estadual de Educação não compareceu, não iniciou o Programa, e desde o início do ano estão nessa expectativa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

Solicitou-nos a Professora Tânia que propuséssemos uma Audiência Pública para ser realizada em Rondonópolis, para discutirmos o Projeto, já que lá os funcionários estão na expectativa, um grande número já está mobilizado, inclusive com as atividades paralisadas...

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Solicito à ilustre Deputada Verinha Araújo que assuma a direção dos trabalhos.

(A SRª VERINHA ARAÚJO ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS, ÀS 09:37 HORAS.)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós, eu e o Deputado J. Barreto, apresentamos a proposição, um Requerimento, no dia 27 de agosto. No dia que nós apresentamos a nossa proposição, o Deputado Carlão Nascimento, que é membro da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, propôs que não se fizesse em Rondonópolis e que se fizesse aqui, pois seria mais fácil discutir aqui em Cuiabá, com a presença dos Deputados.

Então, os Deputados estão sabendo da Audiência Pública. Todos foram informados, estavam no plenário quando nós deliberamos a realização desta Audiência Pública, hoje, pela manhã. A Secretaria Estadual de Educação foi convidada. Tenho o protocolo em mãos. Estou com o protocolo. Então, eles têm a convocação para estarem aqui presentes, hoje, pela manhã.

Falei por telefone com a Secretária de Educação, Ana Carla Muniz, na sexta-feira, quando estive em Rondonópolis e fui ao CEFAPRO. Antes de chegar ao CEFAPRO, nós ligamos para ela para saber se ela estaria participando hoje. Ela me confirmou que viria hoje, na Audiência Pública, por telefone, antes da minha visita lá, na sexta-feira. Vários funcionários estavam presentes. Ela ainda nos disse que, na quinta-feira, está agendada uma audiência com o SINTEP também.

Além disso, ontem à tarde, nós estivemos no gabinete dela para tratar de outro assunto e de novo reafirmei o convite para hoje de manhã.

Portanto, se a Secretaria de Educação não comparecer, não foi por falta de convite, ou de telefonar, ou de avisar. Então, nós esperamos que a Secretaria de Educação se faça presente, para fazer o debate, que venha à Assembléia Legislativa, que é a Casa do Povo. Nós, da Comissão de Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social tivemos a tarefa de convocar a Audiência Pública, tendo em vista que não havia nada sinalizado, nenhuma informação sobre a retomada do Projeto Arara Azul. Estamos cumprindo o nosso papel e vamos iniciar a Audiência Pública. Vamos iniciar e, inclusive, discutir, em face da ausência da Secretaria Estadual de Educação até o momento... Não sei se já chegou. Já chegou ou não?

Só para reafirmar, eu recebi um telefonema há pouco, dizendo que estaria vindo alguém da Secretaria de Educação, o Professor Máximo. Então, não tem mais que ficar esperando. Vamos começar...

(NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE.)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Dez minutos ainda?

O que vocês acham? Nós esperamos dez minutos ou iniciamos? (PAUSA)

Então, nós vamos suspender a Audiência Pública por dez minutos. Enquanto aguardamos, vocês tomem um cafezinho, tomem uma água, vão ao banheiro, preparem-se para fazerem as perguntas que terão que fazer para a Secretaria Estadual de Educação.

Está suspensa a Audiência Pública.

(SUSPENSA A AUDIÊNCIA PÚBLICA ÀS 09:41 HORAS E REABERTA ÀS 09:44 HORAS.)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Está reaberta a presente Audiência Pública.

O Sr. Máximo acabou de chegar. Eu convido-o para compor a Mesa.

Dando início à Audiência Pública, nós pensamos numa dinâmica...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

Nós vamos reiniciar a Audiência Pública, convidando a Professora Tânia Pasqualine, que vai nos colocar a situação em que se encontra hoje o Projeto Arara Azul, até onde ele caminhou, o que precisa ser feito, não só a retomada, mas também os funcionários que concluíram e até o momento não estão com sua situação regularizada com relação à passagem pelo curso de profissionalização. Em seguida, nós ouviremos o Professor Máximo.

Professora Tânia, a senhora tem dez minutos. Se a senhora quiser dividir esse tempo com outra pessoa ou até mesmo com a Professora Cida, fique à vontade.

Antes, porém, solicito ao Deputado J. Barreto que reassuma a direção dos trabalhos.

(O SR. J. BARRETO REASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS.)

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, a Sr^a Tânia Pasqualine.

A SR^a TÂNIA PASQUALINE - Bom-dia aos membros da Mesa.

Eu cumprimento a Mesa, na pessoa da Deputada Verinha Araújo e do Deputado J. Barreto.

Companheiros e companheiras, sejam bem-vindos, especialmente o pessoal de Rondonópolis, mobilizado desde terça-feira, acampado no CEFAPRO, os que já concluíram e os que ainda estão aguardando a oportunidade de fazer a Arara Azul, numa demonstração clara de que é só com mobilização e com luta que atingimos os nossos objetivos.

A subsede de Rondonópolis sente-se muito honrada de conseguir trazer os senhores aqui, lotando o Auditório da Assembléia Legislativa com essa representação de funcionários tão fundamentais para que a escola tenha o seu trabalho desenvolvido e com qualidade.

Nós sempre dissemos, durante todos esses anos, que um dia as escolas iriam, com certeza, reconhecer a falta que faz o funcionário lá dentro. Isso nós tivemos a oportunidade de ver nessa semana em Rondonópolis, quando a ausência dos funcionários fez com que os professores assumissem a limpeza da escola e tudo, ou fez com que as escolas tivessem que suspender as aulas, porque sem os funcionários, com certeza, a escola não funciona. É um segmento extremamente importante para que o professor possa ter a tranquilidade necessária e o ambiente necessário para desenvolver o projeto de ensino aprendizagem.

O Projeto Arara Azul, nós, antes de falarmos do que está na lei, temos que fazer um resgate, um resgate rápido, porque nós conhecemos essa história muito bem.

O Projeto de Profissionalização dos Funcionários da Educação é um sonho antigo. É uma luta desde o final da década de 80, para que o Governo do Estado reconhecesse os funcionários de escola como profissionais da educação. Essa luta foi travada pelo SINTEP, foi travada nas estradas, fazendo pesquisas, fazendo levantamentos nas escolas, em viagens por estradas nem sempre muito agradáveis de se transitar. Nós levamos vários anos até conseguirmos, na Lei Complementar nº 50, incluir os funcionários da educação como profissionais da educação, fato inédito no Brasil. Foi o primeiro Estado a conseguir incluir os funcionários e o único Estado, até hoje, a estabelecer para os funcionários a mesma carreira, o mesmo piso salarial entre professores e funcionários.

Só que para que isso acontecesse, o Projeto de Profissionalização foi fundamental. Então, nós levamos três anos, entre a data em que nós entregamos o projeto de lei, na Secretaria de Educação, em setembro de 1995, até 1º de outubro de 1998, para conseguirmos aprovar a lei, exatamente porque nós insistíamos que os funcionários tinham que estar na mesma lei e que tinham que ter garantido o direito à profissionalização adequada que os elevasse à categoria de profissionais da educação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

A conversa que nós mais ouvíamos naquele período e que, infelizmente, escutamos até hoje, é a de que funcionário de escola é a mesma coisa de funcionário de qualquer outro lugar, fazer merenda na escola é a mesma coisa que cozinhar no presídio, ser guarda de escola é a mesma coisa que ser guarda de qualquer repartição. Para nós, isso não é verdade. Para nós, a educação começa no portão, no momento em que o vigia da escola abre o portão para a criança e recebe a criança ou o adolescente na escola, porque, se ele não for bem tratado na hora em que chega, ele já vai ter problemas para retornar depois.

A educação passa pela cozinha, pela merenda que é feita, pela limpeza da escola, pelos hábitos que as crianças adquirem vendo os funcionários da escola fazerem o seu trabalho e, com o projeto de profissionalização, fazendo cada vez melhor e cada vez mais voltado a uma educação realmente que garanta os níveis de qualidade de que o povo de Mato Grosso precisa.

Com isso, com essa certeza, nós brigamos pelo Projeto de Profissionalização. Quando ele foi implantado, e está escrito na lei que o Projeto de Profissionalização tem prazo... O Projeto de Profissionalização, começado em 1998, tem prazo até 2006 para ser concluído. Quando nós começamos a fazer as contas das turmas que faltavam, da quantidade de funcionários neste Estado que ainda não tiveram acesso, ficamos seriamente temerosos de que esse prazo não seja suficiente. Podem dizer: “Não, mas o prazo, nós prorrogamos”. Prazo, nós prorrogamos, como prorrogamos direito, mas não queremos ver o direito prorrogado. O Projeto de Profissionalização não significa somente melhoria da qualidade de serviço, significa a possibilidade de ascensão na carreira, de inclusão na carreira e de piso salarial. Foram lesados duas vezes. Uma, por serem impedidos de fazer a profissionalização; e, a outra, por serem impedidos de ter um salário melhor.

A suspensão do Projeto Arara Azul tem causado na escola o surgimento de duas categorias de funcionários: aqueles que têm o Arara Azul, que estão enquadrados na carreira, que recebem piso salarial, e aqueles que não o têm. Estão, lado a lado, fazendo o mesmo serviço: a merendeira que já concluiu e está com um salário melhor e a merendeira que ganha pouco mais de um salário mínimo porque não teve a oportunidade da profissionalização. Isso é extremamente prejudicial, até para a auto-estima do funcionário.

A escola precisa que todos estejam profissionalizados. Essa é uma obrigação do Governo, consignada na Lei Complementar nº 50, no art. 84. É o art. 84 que fala do enquadramento temporário e do enquadramento definitivo. Definitivamente, o funcionário só pode ser enquadrado depois que concluir a profissionalização. Prevê-se o prazo no art. 1º, prazo máximo de oito anos. Se nós fizermos as contas: $1988 + 8 = 2006$. Nós já estamos no meio de 2003 e o Projeto está suspenso há sete meses. Além disso, está aqui no § 2º: “Os estudos de que tratam o parágrafo anterior devem ser garantidos pelo Governo do Estado de Mato Grosso, através do órgão competente”, no caso, a Secretaria de Estado de Educação.

Então, não estamos pedindo nada mais nada menos que o cumprimento da lei. Não estamos pedindo nenhuma coisa mirabolante, nada especial, nada diferente do que o que vinha sendo feito. Nós estamos pedindo que a lei seja cumprida e, se cumprindo a lei, que se garanta o direito de milhares de funcionários que ainda não tiveram acesso, e que se conclua o projeto de enquadramento daqueles que já concluíram o Arara Azul, porque, infelizmente, muitos deles, embora tenham concluído em dezembro de 2002, ainda não tiveram o seu enquadramento e não tiveram acesso a fazer parte do quadro definitivo da Secretaria de Educação e de ter acesso ao salário correspondente.

Rondonópolis tem fama de ser metido. Rondonópolis quer puxar as coisas. Os funcionários de Rondonópolis chegaram a um ponto limite. Nós temos certeza de que nos outros municípios, como nós temos uma grande representação dos municípios aqui, também essa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

mobilização pode acontecer, e nós poderemos ter um movimento grande de funcionários neste Estado. Rondonópolis começou, não em defesa do projeto para Rondonópolis, mas em defesa do recomeço do Projeto no Estado inteiro, para todas as turmas que estão prontas desde o mês de janeiro, divididas, pré-matriculadas. Todos sabem as suas turmas, o seu horário, seu dia de ir para o CEFAPRO ou para a escola onde estiver funcionando o Arara Azul. Ninguém obteve, até agora, uma resposta coerente do motivo pelo qual o projeto parou. Dizer que o projeto foi suspenso para que ele seja analisado... Sete meses é tempo demais para analisar um projeto que já estava em andamento, um projeto que já tinha sido aprovado pelo Conselho Estadual de Educação.

O Projeto Arara Azul foi aprovado como um curso de profissionalização dos funcionários no Conselho Estadual de Educação já por duas vezes. O primeiro, que foi o projeto experimental, e o definitivo, totalmente reformulado em comissão conjunta da Secretaria de Educação com o SINTEP. Esse projeto está aprovado. A única coisa que precisa ser encaminhado para o Conselho é o número de turmas, os professores que cada CEFAPRO disporá para fazer o projeto. O projeto está avaliado pelo Conselho. O Conselho não foi chamado nesses sete meses para fazer nenhuma avaliação do Projeto Arara Azul. Nós estamos aqui hoje para recebermos respostas objetivas, respostas que nos digam, exatamente, por que parou e quando volta, principalmente quando volta. Nós estamos falando em nome dos funcionários de Rondonópolis, e tenho certeza, mobilizando todos os funcionários do Estado dispostos a aguardar essa resposta, seja aonde tivermos que ir, seja acampados no CEFAPRO, na Secretaria de Educação, mas nós queremos uma resposta com urgência, definitiva, da Secretaria sobre quando o Projeto Arara Azul será retomado. Obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Esta Presidência agradece a presença, também, dos funcionários da Escola Carlos Pereira Barbosa e da Escola Pindorama, de Rondonópolis.

Com a palavra, o Secretário Adjunto de Educação do Estado de Mato Grosso, Sr. Antônio Carlos Máximo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Eu quero cumprimentar os Deputados, esta Casa, por esta Audiência. Eu acho importante esta Audiência Pública, porque ela resgata um direito de ser a voz e o eco daqueles que entendem que têm direitos e que esses direitos não estão garantidos.

Então, Deputado J. Barreto, esta é uma Casa de ressonância para isso. Eu quero parabenizá-lo pela Audiência Pública e também parabenizar vocês todos que se mobilizaram para, aqui, discutir um tema que considero de grande importância, não só do ponto de vista do servidor público que quer melhorar a sua vida funcional, a sua carreira, mas também como um caminho para qualificar todo aparato estatal. Nós somos funcionários estatais. Como funcionários estatais, eu acho que é absolutamente natural e justo que nos mobilizemos para melhorar o próprio aparato estatal. Todos nós, aqui, somos funcionários de Estado. Então, é importante esta Audiência Pública e quero parabenizá-los por isso. Quero parabenizar aqueles que vieram de longe para esta Audiência Pública.

Eu quero historiar um pouco esse processo que é para não termos duas versões ou versões contraditórias sobre esse assunto.

Em primeiro lugar, o que está assustando tremendamente o Governo, desde que assumimos, é a folha de pagamento. A folha de pagamento que pagamos em janeiro foi de trinta e três milhões, era uma folha que o Governo passado não deixou nem sequer empenhada. Por exemplo, para eu empenhar a folha e pagar trinta e três milhões... Vou dar os dados para o Deputado aqui: a folha de agosto levou oitenta e três por cento dos vinte e cinco por cento da educação, trinta e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

quatro milhões e seiscentos mil reais. Esse é um dado que está nos apavorando e apavorando o Governo. Se não tivermos uma alternativa, Deputado J. Barreto, Deputada Verinha Araújo, com a criação do FUNDEP, nós teremos muita dificuldade para frente com relação à folha.

No começo do ano, eu, o Dr. Gabriel, o Afonso e o RH levamos para o Governador, na reunião estratégia, reunião que aconteceu numa segunda-feira, não me lembro bem, mas me parece que foi no final de fevereiro ou no começo de março... Ficamos reunidos das 14:00 horas até as 19:00 horas, colocando para o Governador e para a equipe estratégica do Governo toda situação da educação, os dados que tínhamos levantado até aquele momento.

O Projeto Arara Azul foi um dos pontos daquela pauta, entre outros tantos. Conversamos por cinco horas. O Governador pediu que suspendêssemos o programa para fazer uma avaliação dele, ver os impactos dele na qualidade do ensino - isso é importante, porque nossa função é uma função meio, a função fim é saber se as crianças estão aprendendo mais, lendo melhor, aprendendo matemática, aprendendo língua portuguesa -, fazer um estudo do currículo do programa. Inclusive há queixas de ex-cursistas do programa de que há disciplinas com carga horária maior e outras com carga horária menor, e era preciso ser reavaliado. Isso inclusive foi um balanço feito por técnicos lá de Acorizal. Houve uma reunião em Acorizal, com cem egressos do Arara Azul. Essa informação é da nossa equipe técnica. O Dr. Gabriel Novis Neves, uma ou duas semanas depois, foi para a televisão, no programa *Terceiro Mundo* e disse com toda clareza que o Projeto Arara Azul não tinha acabado. Em nenhum momento o Governo disse que o Arara Azul estava acabado. Agora, o Governo se reserva o direito de avaliar todos os programas, de fazer um balanço de todo e qualquer programa, de toda e qualquer secretaria.

O Deputado J. Barreto, quando ganhou a eleição de 88, em Rondonópolis, uma vitória difícil, uma das primeiras coisas que fez foi avaliar os programas do Governo anterior. Sofreu ações na Justiça por causa disso. Ninguém nega o direito do novo governante fazer avaliação dos programas anteriores que estão sendo colocados. É um direito conquistado, legítimo, de qualquer governante.

Então, o que eu tenho a dizer aos senhores, em nome da Secretaria, é que estou aqui a pedido da Secretária Ana Carla Muniz, que assumiu a Secretaria recentemente, que me pediu que viesse porque estou há mais tempo nessa discussão, e que o Projeto Arara Azul não acabou.

Na quinta-feira feira, nós temos uma reunião com o SINTEP, em que um dos pontos de pauta, dentre outros, é o Projeto Arara Azul. Portanto, as turmas, há seiscentos e poucos cursistas freqüentando as turmas atuais, se não me engano, sete turmas continuam. Das turmas que faltam enquadrar ou estão em processo de enquadramento, faltam, pelos nossos cálculos, em torno de mil e seiscentos profissionais da educação que ainda precisam fazer o curso. Estamos fazendo um balanço, um estudo de impacto na folha, porque aqueles 2.902 que foram enquadrados em 2002 impactaram a folha em quase setecentos mil reais por mês.

Não adianta ninguém fazer assim com a cabeça, porque nós temos os dados. Não adianta ficar balançando a cabeça, porque não vai resolver muito esse tipo de coisa. É um tipo de provocação gratuita.

Eu acho que preciso ser respeitado. Eu estou dando dados aqui e a pessoa fica lá rindo, um riso irônico, balançando a cabeça. Eu acho que não tem sentido. Eu estou aqui bastante tranquilo e sereno para colocar as coisas.

O programa está sendo avaliado. Na reunião com o SINTEP na quinta-feira, nós iremos voltar à discussão. Em nenhum momento ninguém está autorizado a dizer em nome da Secretaria que esse programa acabou, em nenhum momento. Tem-se usado muito esse verbo,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

exatamente para criticar o Governo, porque o Governo está empurrando com a barriga, porque quer acabar sem dizer que vai acabar. O Governo está aqui para cumprir aquilo que está na lei.

Tânia, não precisaria você ter ido à lei. Nós conhecemos a lei e lemos também, mas nos reservamos o direito de fazer essa avaliação e em breve teremos uma posição definitiva da SEDUC.

“O Governo tem o seu tempo”, disse o Presidente Lula recentemente. O Governo tem o seu tempo e a sua pauta. Então, era isso que eu queria colocar para os senhores, com toda a tranquilidade, para abrir o debate.

Eu não vou ficar a conferência inteira. Eu vou ficar um pouco aqui no debate, mas eu tenho, desde as 09:00 horas, um grupo de professores de três universidades lá no CEFAPRO me esperando para uma reunião que está marcada há um mês, em que vamos começar a traçar um plano de capacitação de formação para os três anos que restam do nosso Governo, para acompanhar todo o processo de capacitação que vimos dando, as parceladas, em convênio com as universidades, o NEAD, que é a educação a distância, os CEFAPROS, reestruturação dos CEFAPROS, para atuarem naquilo que é sua vocação principal, que é a formação continuada de professores. Então, não vou ficar o tempo todo aqui na audiência.

Agora, como eu sairei daqui a pouco, eu já vou deixar aqui uma posição bem clara, se quiserem formar uma comissão para discutirmos hoje à tarde lá na SEDUC comigo, a partir das 14:00 horas, podem formar, eu os receberei sem o menor problema.

A Sr^a Verinha Araújo - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, pela Ordem, a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu queria fazer um pedido ao Professor Máximo. Assim como a Secretária de Educação foi convidada, não pôde comparecer e o enviou para conversar aqui conosco, que ele fizesse o mesmo, enviando uma pessoa lá para reunião do CEFAPRO.

Eu acho que fica muito ruim, Professor Máximo, nós aguardamos a presença da Secretária, o senhor sair, porque o senhor aqui é a pessoa com quem nós vamos discutir. Como é que nós vamos encaminhar? A sua ausência aqui vai realmente prejudicar a nossa Audiência Pública.

Então, o senhor decide. Espero que o senhor designe outra pessoa da Secretaria para ir à reunião (PALMAS).

Era essa a questão de Ordem.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Já está designada. Eu estou aqui porque tem uma outra pessoa designada, Deputada, só que, como eu que estou coordenando este processo na SEDUC, eu terei que estar lá, eu não estou me furtando, eu vou permanecer aqui, talvez eu não possa ficar o tempo todo da Audiência Pública.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Esta Presidência reafirma e endossa o pedido para que o Professor Máximo fique o maior tempo possível conosco aqui, até porque todos nós temos objetivos nesta questão. Com toda certeza, quando o senhor sair, evidentemente, esta Audiência Pública dar-se-á por terminada.

Eu gostaria de convidar a Sr^a Silvia Regina Batista da Silva, representante do SIPROS - Sindicato dos Servidores Públicos da Região Sul do Estado, para usar da palavra, que dispõe de cinco minutos.

A SR^a SILVIA REGINA BATISTA DA SILVA - Bom-dia aos senhores da Mesa, na pessoa do Deputado J. Barreto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

Eu quero, a princípio, parabenizar todos nós, SINTEP, SIPROS e todos os profissionais que estão aqui, principalmente de Rondonópolis, nesta luta para reivindicar um direito que é nosso, que está garantido em lei e que, segundo o Professor Máximo, não acabou. Eu espero que sim. Só que até agora o Professor Máximo não chegou a uma conclusão. Não acabou, mas e aí? O que vai acontecer daqui para frente? Nós vamos continuar esperando até quando? Nós precisamos de prazo. Prazo para nós termos uma maior tranquilidade, professor.

Eu quero aproveitar que a Professora Tânia falou em garantia de direito em lei, para questionar o Professor Máximo a respeito dessas garantias. Além do Arara Azul, que é o curso de profissionalização dos profissionais da educação, nós também estamos tendo problema com relação à estabilidade. Não está sendo cumprida a lei. A SEDUC praticamente estava independente com essa questão de publicação dos nossos projetos, agora voltou para a SAD. Está sendo publicada a estabilidade aos poucos. De Rondonópolis, faltam, da maioria das pessoas, sair a estabilidade e a elevação de nível, que tem que ser automática, conforme está na lei, e não está sendo. Nós temos que requerer via processo. Bastaria a SEDUC publicar um suplemento, publicando toda a estabilidade do Estado, automaticamente, sairia também um suplemento com a elevação de nível desses profissionais. Como o meu tempo é curto, eu quero novamente frisar, Professor Máximo, que nós precisamos de prazo para viver a questão do Arara Azul. Nós não vamos deixar que esse nosso direito adquirido se evapore no tempo. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - O Cerimonial está aberto para algumas pessoas que queiram também participar.

Com a palavra, a Sr^a Maria Aparecida, Vice-Presidente do SINTEP de Mato Grossos e Presidente da Subsede de Várzea Grande, que dispõe de cinco minutos.

A SR^a MARIA APARECIDA - Bom-dia, companheiros e companheiras de Livramento, Xavantina, Rondonópolis, Várzea Grande, Cuiabá, Cáceres, Pontes e Lacerda, Pontal do Araguaia, que num curtíssimo espaço nos mobilizamos para estarmos presentes aqui nesta Audiência Pública de suma importância. Obrigada, Deputada Verinha Araújo, pelo empenho, e demais Deputados também.

Falar do Projeto Arara Azul entusiasmo e não daria para nós falarmos em cinco minutos. Primeiro, porque o SINTEP se orgulha muito desse projeto, sendo ele o seu principal mentor, o que alimenta e mantém essa luta pela profissionalização dos funcionários. Através da nossa luta, conseguimos ser referência em nível de Estado, em nível nacional, e hoje o projeto de profissionalização já ganha fóruns internacionais.

Essa é uma dívida que, através do projeto de profissionalização, resgatamos com os funcionários e funcionárias da escola. Não concordamos, Professor Máximo, quando, na sua avaliação, coloca que primeiro vem a avaliação do impacto na folha de pagamento para depois colocar a profissionalização, que é de direito, uma vez que os professores têm sempre a sua formação continuada, e nós estamos no início da profissionalização.

Portanto, ao analisar o impacto na folha de pagamento, a Secretaria também tem que trazer aqui uma avaliação do impacto na melhoria da qualidade. O SINTEP nem essa categoria aqui presente nunca se furtaram de passar por uma avaliação, seja ela para melhorar o programa, seja ela para ver realmente a validade do projeto, a melhoria lá na nossa unidade escolar. Nós estamos, inclusive, desde dezembro, dizendo que daremos o tempo para a Secretaria, não formando uma Comissão, porque entendemos que principalmente o SINTEP é a representação legítima para estar junto com a Secretaria fazendo a avaliação, fazendo as correções que forem necessárias.

Temos ouvido, Professor Máximo, que, em suas andanças, em suas falas no interior, o senhor tem feito uma avaliação de que o projeto nada significou de melhoria. Nós queremos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

discutir isso, queremos inclusive ouvir os presentes aqui que possam dar testemunho do que melhorou e do que está muito mais qualificado no interior da escola. Nós não nos furtamos de passar pela avaliação, mas nós queremos que a Secretaria nos diga exatamente o que é que ela quer avaliar, nós queremos que a Secretaria também diga que se nós representamos oitenta e três por cento de impacto na folha, nós também somos a categoria com maior relevância no cenário. Nós queremos ser diferentes das outras secretarias, porque é um serviço considerado em nosso Estado como essencial. Portanto, não é fazer uma avaliação apenas do que significa no impacto financeiro, mas qual é o resultado e a contribuição que essa categoria tem dado.

Queríamos também que a Secretaria dissesse e avaliasse o que significa manter os CEFAPROs com seus quadros permanentes, recebendo os seus salários, sem estar fazendo a formação desses funcionários. Queríamos também que a Secretaria nos trouxesse, com maior clareza, o que ela pensa. Nós não estamos nos negando a fazer a avaliação, mas essa avaliação tem que ser sistêmica. Queremos saber de que forma a Secretaria vai encaminhar a avaliação sistêmica, partindo da avaliação da própria Secretaria, para que possamos na nossa escola também estar fazendo a nossa avaliação.

Portanto, nós queremos aqui discutir as nossas contribuições e quais serão as contribuições desse Governo para esse segmento que já foi explorado, que continua explorado e que ainda não teve uma resposta mais contundente da Secretaria com relação ao nosso projeto de profissionalização. E aí nós nos colocamos para fazer o debate. Nós vamos estar dizendo que há pontos ainda que precisam ser melhorados? Existem reclamações com relação à carga horária? Existem, principalmente aquelas que são das áreas específicas que são pequenos, curtos espaços e que nós precisamos melhorar, mas o projeto não tem nenhuma razão para estar paralisado, uma vez que o bloco específico é o único que vai requerer alguns profissionais para além daquilo que já é do quadro da Secretaria.

Então, nós queremos sair daqui com uma proposta, com uma resposta um pouco mais definitiva. No decorrer, nós ainda vamos colocar algumas questões (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, o Professor Gilberto Brizola, Presidente da Subsede do SINTEP, de Nova Xavantina.

O SR. GILBERTO BRIZOLA - Bom, na minha fala eu quero colocar uma pergunta para a platéia e para toda a Mesa, com relação a esses 83% da folha de pagamento e que por isso não pode continuar esse processo de qualificação dos profissionais da educação.

Eu gostaria de lembrar ao Professor Máximo que o Brasil dos anos 50 fez uma opção por industrializar o país, para isso não mediu esforços financeiros. O JK, por exemplo, arregaçou as finanças do Brasil, mas industrializou. Por que não fazer a mesma opção pela educação hoje, uma vez que para outras categorias profissionais, como a segurança, o segundo escalão do Governo, há recursos para elevar salários, sim? Para a segurança, 30% a 72%, para o segundo escalão, um valor que eu não calculei ainda, mas um valor alto.

Eu gostaria de lembrar que - aliás, fico triste em ouvir o Professor Máximo que é professor com essa preocupação com recursos da educação - todos os países que saíram da miséria, Espanha, Irlanda, Coréia do Sul, que nos anos 60 não eram um terço do Brasil, mas todo mundo tirou o pé do atoleiro, investiu na educação e na tecnologia de ponta.

Essa é minha fala e uma questão para toda a Mesa, não só para o Professor Máximo.

Respondendo a questão da Professora Cida, eu quero lembrar que, quanto à qualidade do Arara Azul, eu tenho um exemplo para citar. Na escola onde estou lotado, Escola João Alberto, a Diretora Maria Conceição teve um problema cardíaco, teve que renunciar e a escola

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

estava às moscas. O técnicos administrativos que estão no Arara Azul assumiram a escola, estão fazendo a prestação de contas, estão encaminhando, estão fazendo a escola retornar às suas atividades. Esse exemplo demonstra-nos que esses profissionais que estão passando pelo Arara Azul estão sendo capacitados, sim, para dar qualidade na educação. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Registramos e agradecemos a presença dos funcionários da Escola Odorico, de Rondonópolis; e da Escola José Moraes, também de Rondonópolis.

Com a palavra, o Sr. Reginaldo Eugênio de Carvalho, Vice-Presidente da Subsede de Nossa Senhora do Livramento.

O SR. REGINALDO EUGÊNIO DE CARVALHO - Bom-dia à Deputada Verinha Araújo e a todas as autoridades presentes.

Bom-dia também a todos os companheiros e companheiras das subsedes do Estado de Mato Grosso.

Professor Máximo, eu represento a subsede de Nossa Senhora do Livramento. Graças a Deus e ao nosso esforço também, já concluímos o Projeto Arara Azul no dia 30 de março. Foram dois anos e meio de muitas dificuldades, colegas que passaram fome, porque durante esse tempo nós não tivemos apoio e nada da Secretaria de Estado de Educação. Só conseguimos realizar esse curso em nosso Município, graças ao Dr. Francisco Monteiro, que é Consultor Técnico-Jurídico desta Casa, que cedeu espaço para a realização desse curso.

Concluindo, encaminhamos todos os processos de enquadramento definitivo para a Secretaria de Estado de Educação. Depois de tantas ligações para a Secretaria e viagens para Cuiabá, conseguimos a tão sonhada publicação de enquadramento definitivo, que se deu no dia 22 de julho. Não só nosso, mas de vários municípios de Mato Grosso. Mas eu acho que houve falta de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação, porque não cumpriu um artigo da Lei Complementar nº 50, da LOPEB, que diz que a progressão funcional seria automática. O que ela encaminhou para nós? Que todos os funcionários deveriam fazer o quê? Um requerimento, solicitando a progressão funcional. O que aconteceu? Nós fomos penalizados. Primeiramente, nós não fomos... Fizemos o requerimento. A Secretaria de Estado de Educação jogou-o para a Assessoria Jurídica, para a Dr^a Francismeire, que falava: “Ah, vocês não estão enquadrados nisso”, e jogava-nos para a ETF, para a Sônia, responsável por Livramento, que dizia: “Ah, está tendo uma distorção”. Ninguém sabia nos informar corretamente como deveríamos proceder. Ontem conversei com a Dr^a Francismeire e ela falou a mesma coisa para mim: “Ah, a sua situação não se enquadra nisso aí, desça para a ETF”. Fui à ETF, mas ninguém soube nos informar. Então, o que vai acontecer agora, com todos os colegas de Mato Grosso que já mandaram o processo de enquadramento efetivo? Primeiramente, tem que fazer o requerimento, solicitando à Secretaria de Educação a progressão funcional para, depois, sair publicado no Arara Azul.

O que aconteceu em Livramento? Saiu publicado. Agora, nós estamos aguardando a digitação que foi liberada sexta-feira passada. Desceu uma ordem para a ETF digitar a progressão funcional. Vai ter toda aquela burocracia, divisão de controle salarial para fazer o cálculo, para depois voltar lá para encaminhar para a SAD. Não sei se é para a SAD, não sei para onde vai RISOS), para sair publicada a progressão funcional. Só Deus sabe quando é que vai sair publicada a progressão funcional, para depois sair uma retificação de enquadramento definitivo, que é outra burocracia. Eu precisei ir à Casa Civil, porque o meu nome não estava lá. Eu fiz um rolo lá para conseguir colocar o meu nome para sair publicado. É uma coisa que eu acho que deve ser pensada, por parte da Secretaria de Educação, para que isso não aconteça mais, porque na lei fala que é

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

automático. Se for automático, não precisa fazer requerimento. Era só isso. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Esta Presidência registra a presença do Deputado Carlão Nascimento.

A palavra continua ainda na Mesa, Deputado Carlão Nascimento. Vossa Excelência, gostaria de se inscrever? (PAUSA)

Eu gostaria de também externar aqui o meu ponto de vista e minha posição, até porque eu fui citado pelo Secretário Adjunto, Professor Máximo, que lembrou aqui algo da nossa administração.

Quando Prefeito - tive muita honra de ser Prefeito da nossa cidade -, quando governamos a cidade, a inflação era simplesmente de cinquenta, sessenta por cento ao mês. Graças a Deus, nunca atrasamos os salários, como também é obrigação e dever de todos os governantes pagar em dia o servidor público. Até hoje, também, nós possivelmente... Falo com certeza que nossa administração, durante os quatro anos - está lá no Tribunal de Contas -, gastou, ao invés de 25%, 26,7%. Ela foi elogiada, inclusive pela ex-Secretária Marlene, quando fomos Prefeito de Rondonópolis. 26,7% dos recursos foram investidos em educação na cidade de Rondonópolis. Realmente, quando assumimos a Prefeitura, nós suspendemos o decreto por noventa dias, mas depois retomamos tudo aquilo que tinha de ser continuado pela administração municipal.

O que eu gostaria de dizer, Secretário, é que esta Audiência Pública é de fundamental importância, é muito objetiva. Eu tenho certeza absoluta de que, já passados oito meses da administração do Governador Blairo Maggi... Oito meses, venceu ontem. Estão aqui pessoas que já inclusive têm o Arara Azul, e elas estão aqui apoiando aqueles que não têm esse avanço dado pela LOPEB, numa luta de todos os profissionais da educação do Estado de Mato Grosso.

Hoje, já recebi uma reclamação aqui, Sr. Secretário, de que estão até terceirizando a questão da segurança, da vigilância, com pessoas armadas, quando o Brasil inteiro discute a questão de tirar armas das mãos dos cidadãos, para que não haja mortes, assassinatos na sociedade brasileira. Nós não podemos permitir que, numa escola aqui em Cuiabá, seja terceirizada a questão da segurança. Eu tenho certeza absoluta de que tem que ser revista essa posição. Se o vigilante é aquele que atende o aluno, que recebe o aluno, que trata bem o aluno, que está bem preparado, podem ter certeza de que o Estado estará fazendo economia na preparação desse profissional que, ao receber o aluno, recebe para dentro da sua segunda casa, ou primeira casa, que é a escola. Se aquela que é merendeira está fazendo cursos, está trabalhando melhor na alimentação, por mais que seja simples, podem ter certeza absoluta de que esse investimento será economia para o Estado.

Portanto, eu quero aqui propor, inclusive, um encaminhamento, que o senhor dê uma resposta sobre a data ao SINTEP, se será quinta-feira, que tem plena autoridade para representar todos nós - eu digo nós, trabalhadores da área da educação. Tomara que a Secretaria de Educação tenha uma data pronta para dizer.

Vamos reiniciar esse projeto, que é o projeto da cidadania. Há uma esperança muito grande. Aqueles que têm, sentem-se orgulhosos, alegres. Primeiro, porque melhorou o salário de todos; segundo, eles ficaram um ano e meio a dois anos aprendendo, para levar um resultado para as escolas do Estado de Mato Grosso.

Eu tenho absoluta certeza, Sr. Antônio Carlos Máximo, de que o senhor levará os resultados desta Audiência Pública, convocada por nós, com todo o apoio do SINTEP, à Secretária de Educação, Sr^a Ana Carla Muniz, para que essas pessoas e o Estado tenham essa resposta o mais rápido possível, até com urgência.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

Se não depender da Secretaria de Educação, da qual o senhor faz parte, juntamente com a Secretária Ana Carla Muniz, nós encaminharemos uma audiência com o Governador Blairo Maggi. Aí a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social daqui da Assembléia Legislativa, composta pela Deputada Verinha Araújo, pelo Deputado Sebastião Rezende, pelo Deputado Carlão Nascimento e por mim, irá, juntamente com o senhor e com a Secretária Ana Carla Muniz, ao Governador Blairo Maggi discutir com ele, para fazer com que ele dê autorização para que se reinicie o mais rápido possível o Projeto Arara Azul no Estado de Mato Grosso (PALMAS).

É um encaminhamento que eu faço. Eu quero encerrar a minha participação. Continuarei presidindo.

Passo a palavra à Deputada Verinha Araújo. Logo após, teremos a plenária, com algumas inscrições feitas.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - A minha preocupação, Sr. Antônio Carlos Máximo, com a sua fala, é quando disse que 83% dos recursos da educação estariam comprometidos com a folha de pagamento, colocando isso como algo assustador. Eu é que fico assustada quando o Governo diz que está assustado com isso, porque educação é recursos humanos. Essa história de se limitar 60% com a folha de pagamento na educação é alvo de discussão no Congresso Nacional, especificamente com relação ao setor de educação, saúde e segurança.

Veja bem, como Deputada - e o Deputado J. Barreto e o Deputado Carlão Nascimento lembram-se disso -, fiz aqui uma análise dos primeiros quatro meses do Governo com relação a gasto com pessoal. Nós analisamos que o gasto, nos primeiros quatro meses, não chegou a 40% do total do gasto com a folha de pagamento. Esses são números, são dados. Além disso, há uma entrevista, na semana passada, do Secretário Estadual de Fazenda, colocando o aumento da arrecadação do Estado. Na semana passada! Está nos jornais. À medida que aumenta, aumentam também, ampliam os recursos da educação.

Nós estamos aqui aguardando o Orçamento para o ano que vem, mas o que se prevê para o ano de 2004 é que o Governo pretende manter o mesmo valor do ano de 2003, sendo que a arrecadação aumentou. Por quê? Porque, se fizer suplementação orçamentária, não terá que, obrigatoriamente, cumprir os percentuais da educação, por exemplo. Isso é também preocupante. Então, eu vejo que nós precisamos fazer um debate com o Governo do Estado com relação ao social, com relação à saúde, à educação, à segurança.

O Professor Antônio Carlos Máximo disse que está aguardando o projeto do FUNDEB do Governo Federal. O FUNDEB ampliará para a educação infantil, que não é obrigação do Estado, é obrigação do Município. Vamos pegar o ensino médio. O senhor sabe que as matrículas para o ensino médio têm caído nos últimos anos. Nós temos várias escolas ociosas no Estado, em função até do perfil do ensino médio nos últimos anos, que ficou bastante degradado.

Então, Sr. Antônio Carlos Máximo, eu gostaria que depois, não faremos isso hoje, pudéssemos fazer esse debate sobre a questão de recursos humanos. Ou o Governo como um todo tem o entendimento de que é preciso investir em recursos humanos, em professor, em funcionário, com formação, qualificação, com salário, etc, ou então nós vamos ficar só discutindo a estrutura, estrada. Estrada é importante? É. Nós temos o FETHAB, a questão da habitação, que tem um fundo específico. Nós estamos acompanhando os recursos e suas aplicações, mas não podemos olhar só para isso. Nós temos que olhar para aquele que vai à escola, para aquele que vai ao posto de saúde. Esse também precisa ser olhado por este Governo.

Então, depois nós vamos ter que fazer esse debate, porque com esse argumento não vamos avançar. Esse argumento é atrasado. Nós já ouvimos esse argumento em governos anteriores. Eu acho que não podemos mais ficar com essa história de que a folha de pagamento está

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

ocupando 83%, porque isso é assustador. Repito, eu me assusto com essa fala, Professor Máximo (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRRETO) - Convidamos para fazer parte da Mesa a Professora Vilma, Vereadora e trabalhadora da área de educação da cidade de Rondonópolis.

Pela objetividade desta Audiência pública, gostaria de cumprimentar todos que usaram a palavra.

Nos vamos passar a palavra, regimentalmente, por três minutos, que serão suficientes, ao Sr. Antônio Dalberto, de Rondonópolis.

O SR. ANTÔNIO DALBERTO - Bom-dia a todos!

É uma grande alegria estar aqui com todos vocês, trabalhadores da educação, profissionais da educação.

Gostaria de dizer à Mesa, a qual cumprimento na pessoa da Tânia, que Rondonópolis está parado há oito dias e nós vimos aqui com uma esperança muito grande no coração.

Gostaria de repetir o que dizemos ontem na TV Gazeta. Nós vimos com a esperança no coração e com a esperança de que este Estado faça justiça. Se foram juradas leis, porque este Estado tem leis, que se faça justiça. E essa é uma justiça que tem que ser feita no Estado de Mato Grosso. E nós, profissionais da educação, temos que ser tratados como profissionais da educação. É por isso que estamos aqui.

Gostaria de dizer ao Máximo e à Secretária de Educação, a qual ele representa agora, que não foi o Arara Azul que deu o impacto na folha, o que deu impacto na folha foram os nossos direitos que estavam lesados e que ganhamos na justiça. Isso tem que ser explicado para a sociedade. Os vigias noturnos, desde 98, não recebiam adicional noturno e isso aí pode ter dado impacto na folha. Por exemplo, o enquadramento do Arara Azul que atrasou deu impacto na folha; o estágio probatório, que foi em 24 de janeiro, que só agora que está sendo pago, atrasado, deu impacto na folha. Então, tem que se dizer alguma coisa aí que não está sendo bem clara.

Gostaria de dizer que o nosso trabalho é essencial, nós somos insubstituíveis na escola. Nós somos insubstituíveis. Eu recebo os alunos da noite na minha escola. Podem ir à escola hoje perguntar se eles não estão sentindo saudades do boa-noite do Antônio, do sejam bem-vindos, do qualquer coisa o Antônio está aqui. É o Antônio que olha a escola toda até as 23:00 horas, para não ter um intruso pulando o portão. Se um intruso entra lá, é o Antônio que vai botar a cara lá para ganhar um tapa ou para ganhar um tiro. Assim são os nossos companheiros. O Antônio lá, como os companheiros, não abre só portão, não, ele auxilia os alunos (PALMAS).

Outra coisa está acontecendo na Escola Elizabeth. Estou coordenando a volta de um grande projeto, que nunca deveria ter acabado no Estado do Mato Grosso, que é o Magistério, que é o que dá base para a educação (PALMAS). Nós, trabalhadores da educação, Deputado J. Barreto, não só limpamos o chão, fazemos comida e abrimos o portão, nós ajudamos na educação da criança, do aluno, do adulto que vai à escola. Nós não somos limitados, não. Por isso estamos aqui pedindo, exigindo esse direito. Nós não queremos falar mal do Governo, queremos justiça e vimos com essa esperança no coração, que se faça justiça no Mato Grosso, que se faça justiça na educação. Se hoje os senhores estão aqui, é porque passaram por um porteiro, passaram por uma merendeira, passaram por uma faxineira (PALMAS).

Eu hoje não ganho um salário mínimo. Eu ganho um complemento no salário para dar um salário mínimo, como muitos companheiros e companheiras que estão hoje aqui. Isso é justo? Isso é justo? Desculpe-me por ter passado no tempo.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Passou quarenta segundos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

Com a palavra, o Sr. Pedro Armando, de Cuiabá, que dispõe de três minutos.

O SR. PEDRO ARMANDO - Bom-dia a todos.

Primeiramente, quero cumprimentar todos os componentes da Mesa, os nossos queridos visitantes, nossos amigos.

Eu tenho alguns pontos a destacar. Primeiro, foi dito que o curso está sendo avaliado, tem sete meses que está sendo avaliado. Se está sendo avaliado, quais foram as conclusões dessa avaliação? Até agora ninguém falou nada. Segundo, a carga horária dos cursos. Algumas pessoas ficaram dois anos e meio fazendo um curso e eu acho que não tem essa necessidade de dois anos e meio. Será que alguém que trabalha na limpeza precisa fazer um curso de dois anos e meio para limpar melhor o chão? Ou uma cozinheira, para cozinhar melhor, precisa estudar dois anos e meio? Então, é algo a discutir, essa carga horária. Disciplinas que não são específicas, como filosofia e sociologia... Alguns colegas técnicos - eu sou técnico - que já têm curso superior e estão fazendo esse curso poderiam muito bem eliminar as disciplinas de Filosofia e Sociologia. Isso é algo a se discutir. Terceiro ponto, dois profissionais que exercem a mesma função e recebem remunerações diferenciadas é inconstitucional, sabemos disso muito bem. Eu sou técnico e estou terminando a faculdade no final do ano. Recebo trezentos e dez reais por mês e alguns colegas que não têm a qualificação que eu tenho estão recebendo mais do que eu, quinhentos, seiscentos reais. Então, é algo a se discutir. Eu acho que, se o nosso curso está parado, já está parado há muito tempo, precisamos retornar.

Outro questionamento que quero fazer aqui. Eu acho que esta reunião pode terminar sem chegar a uma conclusão. Eu estou vendo que parece que vai se chegar ao final da reunião sem conclusão alguma. Eu até me lembro da greve dos professores da universidade, em que eles ficaram acampados muito tempo em Brasília, enquanto que os juízes apenas ameaçaram entrar em greve e conseguiram a reivindicação da remuneração.

Então, eu acredito que neste momento nós precisamos falar sim, mas precisamos de respostas, senão não adianta virmos falar aqui. Então, a minha reivindicação é exatamente essa, que possamos tirar daqui uma determinação para chegarmos a uma conclusão. Essa era a minha fala. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, o Sr. Wilson Marcel, de Rondonópolis, que dispõe de três minutos.

O SR. WILSON MARCEL - Bom-dia a todos.

Eu acho que a nossa luta é uma luta pela qual já temos há algum tempo trabalhado em cima. O Projeto Arara Azul, eu não sei quanto aos demais, mas eu já tenho mais de três anos inscrito no projeto e a nossa turma ainda não começou.

Quanto à questão do impacto na folha de pagamentos, Subsecretário, está aqui o meu holerite do mês agosto. Eu recebo complementação de R\$23,08 para chegar a um salário mínimo. De onde vem esse impacto de 83% na folha. Tem a questão que o Antônio colocou... De onde vem esse impacto? É isso o que a gente quer saber. Nós que recebemos essa complementação, que brigamos pelos nossos direitos, o que estamos fazendo nada mais é do que brigar por um direito que temos. Eu posso dizer que sou funcionário público e não recebo sequer o salário mínimo completo, porque tem a complementação e os descontos. O meu salário total líquido é de R\$220, líquido, tirando todos os descontos, ou melhor dizendo, R\$219. Então, nós temos que colocar aqui o seguinte: tem impacto na folha, tem. Se é o Projeto Arara Azul que dá esse impacto, não se sabe, mas que a Secretaria de Educação tem problemas com o administrativo tem.

A questão do adicional noturno dos vigias é uma questão que está sendo tratada desde 1998. Eu entrei no Estado no dia 24 de janeiro de 2000. Na escola onde eu fui lotado, procurei

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

o direito para brigar pelo adicional noturno, o pessoal disse que não havia a possibilidade de o vigia estar trabalhando um processo para requerer o adicional noturno, porque a Secretaria de Estado não ia dar nem atenção para isso. A atenção foi dada. Eu quero argumentar que esse adicional noturno é direito do vigia, assistido por lei federal, não é lei estadual, é assistido por lei federal o direito do vigia ter um adicional noturno.

Outra coisa é a tramitação dos processos dentro da Secretaria de Educação. Nós sabemos que tem um tempo mínimo de sessenta dias. Eu mandei o processo do adicional noturno, o meu processo voltou, porque o pessoal da Secretaria de Educação não soube olhar a data no *Diário Oficial* que foi publicada a minha nomeação como funcionário do Estado. Aí eu tive que mandar o processo totalmente de volta e esperar mais sessenta dias de tramitação para receber um direito que já é meu, assistido por lei federal. É isso que eu tenho para colocar aqui com relação à tramitação da documentação. Eu gostaria que vocês vissem um prazo menor e um melhor andamento desses processos. Essa é a nossa fala.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, o Sr. Washington, de Pontes e Lacerda, que dispõe de três minutos.

O SR WASHINGTON - Eu vou começar falando que essa questão de tramitação de processo, do pouco conhecimento que eu tenho, é de quinze dias. Têm processos, vários e vários processos que estão protocolados na SEDUC desde o mês de março e até hoje não têm respostas.

O representante da SEDUC, quando fala em oneração da folha, vocês têm que se lembrar de várias questões, por exemplo, é de conhecimento, eu acredito, da maioria que foi aprovada a isenção para os plantadores de soja no Estado de Mato Grosso. Isso não vai causar queda na arrecadação? Isso impacta a folha. Foi aprovado aumento de 70% para o secretariado. Isso não impacta a folha? Outra coisa, o Sr. Máximo fez uma visita a Cáceres e, em entrevista à TV Vitória-Régia, afirmou que o pessoal aposentado, inativo, estava sendo pago com os 25% da folha de ativo. Isso não impacta a folha? O que diz a lei? Existe um instituto de previdência para isso. Eles estão sendo pagos com o nosso dinheiro. Isso não impacta a folha? Eu quero que ele me responda.

Outra questão, não adianta a SEDUC falar que não tem conhecimento, assim como falam via telefone ou pessoalmente. O Sr. Ben Hur, a Edenil Maria, a Conceição Barros, o Célio do setor de pagamento, todos dizem a mesma coisa. Mas eu tenho aqui, do dia 27 de junho, isso quando eu fui pessoalmente, quando eu comecei a fazer por escrito, um documento assinado pelo então Secretário Gabriel - "Recebi, 27.06.03" -, falando da situação. Eu tenho documentos do dia 22 de agosto que encaminhei à Assessoria Pedagógica de Cáceres. Eu sou de Cáceres. Eu estou aqui representando Cáceres e também Pontes e Lacerda, porque não foi possível um representante vir. Assessor pedagógico, gente, é função dele cobrar isso também. Nós temos que cobrar dos nossos assessores pedagógicos. Eu tenho protocolado aqui um documento cobrando o posicionamento, tanto do assessor pedagógico de Cáceres como do assessor pedagógico de Pontes e Lacerda, que são representantes da SEDUC nos nossos municípios e têm a obrigação legal de se posicionarem.

Outra coisa, nós vivemos num Estado Democrático de Direito, em que a lei prevalece, não é isso? Nós esperamos que ela viva. Mas o que nós estamos sentindo da SEDUC? Que o sistema da SEDUC está superior à lei, porque quando você liga lá solicitando resposta de um processo protocolado no mês de março: "Olha, como o sistema da SEDUC não aceita, a gente não pode fazer".

Vou ler aqui o que o pessoal da SEDUC passou para mim, passou para o pessoal de Pontes e Lacerda e de Cáceres. A questão do Arara Azul é mais séria, porque está se brigando pela continuidade do projeto e pela publicação dos processos que se encontram lá para enquadramento. Só que com relação ao pessoal que já foi enquadrado e publicado em *Diário Oficial*

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

a SEDUC está afirmando que todas essas publicações vão ser estornadas, esse é o termo, tornadas sem efeito.

Vou ler aqui para não me perder, porque nós acabamos ficando nervoso, quando vimos aqui. Olha o que o pessoal diz aqui:

Conceição Barros, Célio... Eu estou dando nome aos bois, isso tudo por telefone ou pessoalmente. Por quê? Porque, por escrito, eles jamais dão documentação.

Outra coisa, no dia 20 de agosto, eu mandei três solicitações...

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - A Presidência concede mais um minuto ao orador.

O SR. WASHINGTON - É! Eu até pedi para fazer uma outra inscrição, mas disseram que não podia. Eu falei que seria pouco, mas tudo bem...

...três solicitações, pedindo esclarecimentos, e até hoje não me responderam e não vão me responder, com certeza!

Ouçam o que dizem os técnicos da SEDUC: “os funcionários Técnicos de Apoio Administrativo que foram enquadrados em definitivo na carreira” - o pessoal do concurso de 99 - “dos profissionais da educação, não poderão ter, no momento, suas elevações de nível publicadas”. Até então a questão era mandar o requerimento, mandamos. Depois que mandamos o requerimento, vieram nos falar isso aqui: “...não poderão ter suas elevações de nível publicadas, pois não poderiam ter a publicação do Arara Azul anterior à estabilidade e à elevação. Com isso, os mesmos terão as suas publicações” - está do jeito que ela falou - “estornadas, tendo que devolver o numerário recebido” - deve devolver o dinheiro, quem já recebeu - “a partir da referida publicação. Após isso, os mesmos terão suas progressões de nível publicadas para só então terem novamente os enquadramentos em definitivo”. Aí fui perguntar: Quando isso vai ser solucionado? “Olha, assim que sair essa elevação de nível, nós vamos estornar. Vocês já estão recebendo seiscentos e dois reais, vocês vão passar a receber trezentos e sessenta reais”. E, após isso, quando é que arruma? “Agora. Depois, nós não sabemos, porque o sistema aqui é a administração que cuida”. Para descontar, é imediato; agora, para repor, não! (PALMAS)

Por último, eu quero dizer o seguinte: ou se reconhece o poder da Assessoria Jurídica da SEDUC, que sabemos que é um órgão consultivo, ou manda aqueles advogados todos embora (PALMAS), porque existe um parecer, o parecer está aqui, de outubro de 2002, dando como causa ganha que os funcionários teriam direito a se enquadrarem ainda em estágio probatório. A Assessoria Jurídica da SEDUC... Está aqui, já foi mandado por fax para a SEDUC por várias vezes, e nem precisaria porque é deles, não é? Mas o que o pessoal diz agora... As técnicas da SEDUC na época não contestaram, agora as técnicas atuais contestaram. Agora, se eu sou um técnico, não sou formado em Direito, e contesto uma decisão de um advogado, vamos trocar, me coloca lá na Assessoria Jurídica e o advogado para resolver serviço burocrático, ou então, manda os advogados embora. Se a Assessoria Jurídica não tem competência pra isso...

Outra coisa, a mesma advogada que assinou o parecer jurídico de outubro de 2002, Dr^a Francismeire Pedrosa da Silva, é a mesma - como o companheiro falou aqui - que está dizendo que nós não teríamos direito. Ela assinou, está aqui, ela é a mesma que assinou. Agora, já está falando o contrário! Não entendemos!

Outra coisa, o Sr. Ben Hur Cardoso, do Conselho, cara-de-pau... O que ele disse? “Olha, você tem que ver que isso aí é um projeto do Governo Dante”. Não, esse não é, nunca foi, nunca será um projeto do Governo Dante. Esse é um projeto dos profissionais da educação (PALMAS), que ganhamos com muita luta isso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, a Sr^a Brigitte Ziltelan, de Água Boa.

A SR^a BRIGITE ZILTELAN - Bom-dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar a Mesa e todos os companheiros presentes, na pessoa da Professora Cida Cortês, Vice-Presidente do SINTEP de Mato Grosso.

Quero dizer que é muito interessante nós estarmos nesse processo de discussão, porque essa discussão é uma discussão que não é de hoje. A construção desse projeto, desse programa de profissionalização, faz parte do projeto de construção de uma escola pública de qualidade para todos e gratuita. E esse processo, ele não é casual, ele é fruto de uma luta intensa. Todos aqui participamos, todos nós nos recordamos o que foi a construção da LOPEB em 98 e o que isso nos custou. É obvio que nós prevíamos que tudo isso teria impacto na folha, seja lá que folha fosse, mas o impacto almejado, o impacto a ser construído, não é esse impacto de folha, é o impacto de qualidade, o que representa isso lá terminalmente, muito bem colocado aqui pelo Antônio e pelos demais. Quer dizer, a avaliação que se tem que fazer de impacto é de qualidade e não de folha.

Como Secretária de Assuntos Jurídicos do SINTEP de Mato Grosso, participante, militante dessa luta há muito tempo, essa questão de folha, como bem disse a Deputada Verinha Araújo, assusta-nos a forma como ela é vista, como ela é encarada. Que folha nós temos? O que essa folha de trinta e quatro mil e seiscentos reais paga por mês? O que ela realmente está levantando aí? Nós ainda temos os aposentados pagos pela folha desde 2000, 2001!

O Deputado Carlão Nascimento aponta bem. Nós do SINTEP temos apontado algumas questões nas folhas que precisam ser revistas. Qual é o trabalho técnico que se está fazendo no sentido de rever aquilo que é excesso na folha e não aquilo que é essencial na folha, que é a remuneração daqueles que fazem o trabalho, como bem disse a Deputada Verinha Araújo, que, afinal, dentro da escola, educação é pessoal? Portanto, não é com pessoal que nós vamos estar fazendo essa economia.

Os recursos, eles estão para se adequarem ao direito, e não o direito se adequar aos recursos. Então, é uma luta do nosso sindicato há muito tempo, que 25% para a educação não seria o suficiente. Está na nossa Constituição Estadual que seria 35%. Fazer isso ou não é uma opção política desse ou de outro governo, mas um dia desses nós vamos ter que chegar a essa conclusão.

Quero aqui, como Secretária de Assuntos Jurídicos do SINTEP, ressaltar o que o companheiro Washington já falou. É um absurdo o que se está fazendo com relação aos enquadramentos, elevações de nível. Simplesmente estão suspendendo direitos que são óbvios. Está se fazendo verdadeiro terrorismo em cima de questões simples, para as quais precisamos realmente achar um denominador comum, porque é um absurdo o que aparece, no SINTEP, de reclamações dessa ordem e não são infundadas. Nós ficamos até sem ação, sem saber como reagir contra alguém que diz, por exemplo, que a sua elevação, o seu enquadramento vai ser estornado. Isso é um absurdo! Isso não cabe, é direito. É direito. É preciso que se reveja toda essa condição e se chegue à conclusão de que a educação tem necessidade de que se reveja e que se passe por cima de determinados impactos que não são verdadeiros (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, o Sr. Antônio Carlos Ramos, de Cuiabá.

O SR. ANTÔNIO CARLOS RAMOS - Bom-dia a todos, à Mesa e ao Deputado J. Barreto.

Aqui eu venho falar da calamidade em que o Estado se encontra. Arrepia-me saber o salário que o menino falou, que ganha 219 reais. É isso que é calamidade do Estado, que está

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

sendo governado por quem? Por nós trabalhadores não é. É o Poder público que governa essa miséria. Então, nós precisamos lutar e nos unir.

Hoje, estou pedindo ao Deputado J. Barreto para nós sairmos com isso da Assembléia Legislativa e irmos ao Congresso Nacional lutar por isso, não só os Deputados Estaduais, mas também queremos contar com os vereadores, porque nós precisamos da luta deles também. Nós não estamos encontrando a solução, eu não estou encontrando a solução com os vereadores e com alguns Deputados que se recusaram a entrar nessa luta, mas eu espero que o Deputado J. Barreto realize esse sonho nosso, que não fique só no papel, mas que seja uma chave para abrir a porta.

Contamos com a ajuda de todos nessa luta. Eu estava sozinho, mas agora, no momento, conto com todos nessa luta, porque nós não podemos ficar com essa miséria, não podemos aceitar essa miséria por mais nem dez dias. Antes disso, o Congresso precisa receber esse documento aprovado, reivindicando melhores salários para nós.

Era isso que eu tinha para falar a todos. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Eu gostaria de responder ao Sr. Antônio Carlos Ramos que já estamos dando por aprovado o seu documento e que a Comissão da Assembléia Legislativa vai enviar ao Presidente da República, para que realmente o trabalhador possa ter um salário mais digno. Já está dado como aprovado nessa Comissão. Já está gravado, já está aprovado, já está registrado pela Taquigrafia, já está oficializado o seu pedido e será enviado ao Congresso Nacional, ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara, esse documento para que o Governo Federal possa observá-lo. Parabéns (PALMAS).

Ele está pedindo pouca coisa, melhorar o salário mínimo que todos nós brasileiros queremos mesmo. Ele está certo.

Com a palavra, a Professora Maria José, de Cuiabá, e logo depois, o Deputado Carlão Nascimento.

A SR^a MARIA JOSÉ - Bom-dia a todos!

Eu cumprimento a Mesa, na pessoa do Deputado Carlão Nascimento.

Eu me inscrevi, até porque já ouvi vários comentários a respeito do Arara Azul...

Professor Máximo, eu tive a dor e o prazer de coordenar o Projeto Arara Azul. A dor porque é um projeto que tem muita dificuldade financeira, que trabalha só com recurso específico do Estado de Mato Grosso, porque não havia outro recurso que complementasse o desenvolvimento desse projeto. Foi muito difícil a sua implantação, mas nós tivemos o prazer de conseguir formar três mil e qualquer coisa - eu não me lembro especificamente do número agora - profissionais.

Nós precisamos de recursos financeiros para trabalhar o projeto. Nós ouvimos aqui que teve aluno que disse que passou fome. Na época, nós fizemos uma ajuda de custo, porque esses alunos que têm dificuldades são daqueles municípios onde não têm número suficiente de alunos, e eles precisam se deslocar para poder fazer o curso em outra localidade. Eles precisam realmente de ajuda, porque como vimos aqui o outro senhor dizendo que ganha cento e poucos reais.

Então, o funcionário não tem como, sozinho, assumir e custear esse curso. Ele precisa sim de ajuda. E nós fizemos, na medida do possível, uma ajuda de custo para que se pudesse desenvolver esse trabalho.

A carga horária, realmente, não é uma carga horária comum. Nós fizemos, na época, e isso foi em parceria com uma comissão... É interessante trabalhar Sociologia e Filosofia, porque nós estávamos incluindo o funcionário no mesmo nível, na mesma categoria de professores, e era necessário adquirir esse conhecimento para que ele pudesse ser o educador que realmente o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

projeto previa. O projeto previa sim que aquele profissional deveria adquirir conhecimento para trabalhar de igual para igual com o professor e não continuar sendo aquele que ficava lá fora, aquele que ficava na portaria. Por isso foram incluídas essas disciplinas.

O primeiro projeto, como a Tânia disse, foi experimental. Os outros serão, com certeza, avaliados na medida do seu processo e devem, inclusive na estrutura do currículo, ser retomados. Agora, nós não podemos também perder de vista que existe uma carga horária de oitocentas horas que está na lei. Nós não podemos também prejudicar o projeto, ao fazer vocês adquirirem um conhecimento a toque-de-caixa para que vocês não tenham qualidade no desempenho da função. Essa foi a intenção do meu trabalho.

A minha grande satisfação, Professor Máximo, foi quando o senhor se preocupou com o financeiro. Todos, na verdade, fizeram um resgate de que nós deveríamos ir mais além. Eu sei que o senhor é educador e tenho certeza de que, na sua experiência de vida, também deve ter momentos muito alegres.

Então, para mim, o que fica é que o projeto tem um momento que passa pelo Conselho de Avaliação. Se o senhor tiver chance assista a um. Eu tenho certeza de que não vamos pedir, não vai precisar de defesa, porque o que o senhor ouvir no Conselho de Avaliação vai ser o argumento necessário para o senhor disponibilizar o curso. Quando você ouve o vigia da escola dizer: "Professora, hoje, eu não sou mais estúpido. Hoje, eu sou gente. Hoje, eu sei conversar com o menino. O menino chega e eu falo para ele: Bom-dia! Tudo bem? E ele entra". Isso, Professor Máximo, é qualidade na educação (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, a Vereadora Vilma Moreira dos Santos Oliveira, de Rondonópolis.

A SR^a VILMA MOREIRA DOS SANTOS OLIVEIRA - Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa da Deputada Verinha Araújo e do Deputado J. Barreto; cumprimentar os companheiros e companheiras, o pessoal que veio de Rondonópolis, de Cuiabá e de outros municípios.

Eu quero parabenizá-los pela luta. Eu acho que quando nós queremos alguma coisa, quando vemos que realmente vale a pena conseguir o que nós esperamos, temos que lutar. Que bom seria se não precisássemos ter movimentos, se não precisássemos estar tantos dias paralisados, como foi o caso dos profissionais da educação de Rondonópolis. Nós sabemos da interferência, do quanto prejudica a família, porque a maioria é casada, dona de casa, e os companheiros que, às vezes, têm que se deslocar, posar fora de suas residências. E foi isso que os companheiros fizeram durante esses dias. E tudo por quê? Porque estão aguardando a resposta de um projeto.

Parabéns à Maria José, que eu acho que foi a coordenadora do projeto, que fez uma explanação muito boa. Eu tenho certeza de que agora... O Subsecretário está aqui, representando a Secretária de Educação, Ana Carla Muniz, que não se encontra presente, mas está aqui o Professor Antônio Carlos Máximo. Eu não tive a oportunidade de ouvir a sua fala, porque eu estava em uma outra reunião, tratando de um outro problema seriíssimo, que é o problema das clínicas, da NEFROSUL, a questão da hemodiálise, dos portadores de deficiência renal, porque está chegando o dia de fechar essa clínica e o povo está pedindo socorro porque é uma questão de salvar vidas.

Nós teremos, amanhã, uma audiência, uma reunião, com o Prefeito Municipal, porque nós temos que buscar parceiros. Têm que sentar Município, Governador do Estado e, se preciso for, o Ministro da Saúde, para buscar uma solução porque é uma questão de salvar vida. A Constituição assegura isso. Tem-se que buscar uma solução o mais urgente possível, porque os

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

portadores de deficiência estão pedindo socorro. Prova disso foi um manifesto que eles fizeram na terça-feira, que nós acompanhamos. O caso é de arrepiar. É lamentável.

Continuando o que estávamos falando, eu quero dizer que estava ansiosa por esta Audiência Pública, Sr. Antônio Carlos Máximo, porque eu achava que hoje teríamos uma resposta. O que realmente os servidores estão aguardando é saber quando o projeto recomeçará. O projeto foi suspenso para se fazer uma avaliação. Eu tenho certeza de que se a Secretaria já colocou o pé na estrada para fazer essa avaliação, ela já viu que foi para melhor. Nós dizemos isso tendo em vista os depoimentos que ouvimos aqui, como o do Toninho e de outros que me antecederam. Nós vimos que o projeto só beneficiou. Foi uma luta a implantação desse projeto, foi uma luta essa caminhada, e, de repente, no início do Governo, foi suspenso para ser feita uma avaliação. Está errado? Não. Nós concordamos. Só que essa avaliação já vai para oito meses e até o momento não obtivemos nenhuma resposta. E há o trabalho do Sindicato, que nós temos acompanhado. Está aqui a Cida Cortez. Há poucos dias estivemos aqui, também, para uma Audiência Pública e, hoje, estamos na busca dessa resposta, que não está havendo por parte da Secretaria.

Eu quero parabenizar, mais uma vez, Rondonópolis por ter paralisado, porque tudo se consegue através da pressão. Eu pergunto: por que tem que ser assim? Eu acho que sete, oito meses, foram suficientes para se ter uma resposta a esse projeto, Professor Máximo. Nós vemos que melhorou nas escolas, nós temos acompanhado, que melhorou o convívio, o entrosamento do profissional com as crianças na escola, entre os professores. Então, é um projeto que tem tudo para dar certo. Nós só queremos saber quando a última turma reiniciará para terminar o Projeto Arara Azul. Então, nós queremos essa resposta. Nós queremos saber, também, sobre a elevação de nível, que não temos ainda resposta, sobre o enquadramento desse pessoal. Então, nós esperamos no final desta Audiência Pública ter uma resposta e todos de Rondonópolis voltando para casa com um sorriso nos lábios. Por quê? Porque, realmente, tiveram resposta por parte da Secretaria de Educação.

Eu estive, na semana passada, no gabinete da Secretária de Educação. Ela estava em São Paulo, mas eu conversei com o Chefe de Gabinete, que estará repassando a nossa solicitação à Secretaria de Educação. Então, eu acredito que hoje nós teremos essa resposta. Eu quero parabenizar também os Deputados que marcaram esta Audiência Pública, para que pudéssemos ter esse diálogo, esse debate, envolvendo mais municípios e levando essa resposta a todos, em nível de Estado. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, o eminente Deputado Carlão Nascimento, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, Deputado J. Barreto, Deputada Verinha Araújo, Sr. Máximo, Secretário Adjunto, que representa, neste ato, a Secretária de Educação.

Em nome da Cida Cortez, quero cumprimentar todas as mulheres que fazem parte da Mesa, os homens, cumprimentar todos os profissionais da educação do Estado de Mato Grosso.

Gostaria de dizer que tenho pouca coisa para acrescentar, porque já foi falado aqui. Eu acho que o Presidente encaminhou bem. Eu concordo com o encaminhamento de Vossa Excelência, vou fazer coro nesse encaminhamento, estarei ao seu lado para que possamos ajudar os profissionais da educação do Estado de Mato Grosso.

Falar do Projeto Arara Azul me emociona muito, porque tive a oportunidade, Sr. Máximo, de conviver com as escolas. Eu andei, fui praticamente a quase todos os lugares que tinha o curso do Arara Azul, onde tinha alunos fazendo o curso, eu passava pelas salas. Eu ouvi

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

depoimentos fantásticos! A Zezé que viveu e que vive ainda o Arara Azul sabe... Todo pessoal do Sindicato que acompanhou isso sabe a felicidade que é você ver a pessoa resgatar algo que ela tinha perdido. Nós conseguimos colocar nessas pessoas que fizeram esse curso a auto-estima.

Um dia, eu conversei com uma senhora que fazia comida na escola, uma merendeira, ela me disse: “Olha, professor, quando eu estava aqui, antes do Arara Azul - já estava assim falando grosso - antes do Arara Azul, se eu chegasse na escola e alguém perguntasse se tinha alguém lá, porque se não visse a Diretora, a Secretária da Escola, não tinha ninguém, como se eu não fosse ninguém”. Quer dizer, a discussão que estamos vendo aqui de alto nível dos alunos do Arara Azul, daqueles que já fizeram, daquele que estão cursando, só isso para mim já valeu a pena ter lutado, ter formado quase três, quatro mil alunos do Arara Azul. Para mim, já valeu a pena! Agora, é preciso ter projetos e ter programa de Governo. Quando não se tem, tem problema.

Eu não sou daqueles que gosta de fazer críticas sem dados. Toda vez que eu faço uma crítica, ela tem um objetivo muito claro. Eu tenho lido e relido um livrinho, não só aqueles que produzimos na SEDUC, mas exatamente aquele que foi produzido durante a campanha. Poucas pessoas no Governo têm esse livro, mas eu tenho esse livrinho, porque me interessa muito. Por que me interessa? Porque fui para as ruas defender uma outra proposta e ganhei as eleições, mas o meu partido perdeu as eleições. Eu não defendi essa proposta, mas foi essa que a sociedade mato-grossense disse ser a vencedora e é com essa proposta que eu tenho cobrado aqui na Assembléia Legislativa.

O Presidente sabe que eu não tenho feito nenhuma cobrança, a não ser aquilo que está escrito aqui. E aqui, Dr. Máximo, eu não sei se os senhores já fizeram esse levantamento, mas aqui diz que em cem dias o Governo já tinha inclusive a proposta de como seria dado um reajuste salarial aos profissionais da educação. Como isso só vai acontecer em outubro, eu vou aguardar até outubro para discutir isso. Aqui, no capítulo da educação, fala em profissionalização dos profissionais da educação - eu faço questão que os senhores leiam isso.

Eu vou apenas dizer que eu fui à posse da Deputada Ana Carla Muniz, e torço pela Secretária Ana Carla Muniz, torço para que essa educação melhore cada vez mais. Esse é o nosso objetivo. Eu não faço oposição aqui na Assembléia para dizer: eu quero que acabe tudo para eu voltar ao Governo. Não é isso. Eu quero que cada secretário que passe por lá faça sua parte. Eu sei que tive muitos erros lá, mas acho que tive mais acertos do que erros. Eu acho que é para isso que tenho que torcer para os nossos profissionais aqui. Mas eu quero citar aqui que o Dr. Gabriel Novis Neves no seu discurso de posse disse que tinha resolvido coisas na educação que eram seculares, que aquilo estava uma bagunça, que ele ajeitou tudo, que tinha transformado a educação numa revolução de cursos. E hoje aqui está o pessoal do Arara Azul querendo ter só o direito de melhorar profissionalmente, para ser melhor dentro da escola e está lhes sendo negado o direito. Eu não sei que revolução foi essa que aconteceu no Estado.

Eu quero colocar para os senhores algumas coisas. Foi esse Governo que disse que a carga tributária do Estado era muito alta, que tinha que reduzir imposto, principalmente da energia e da telefonia. Eu pergunto: já abaixou? Vai abaixar no ano que vem?

(OS PARTICIPANTES MANIESTAM-SE FORA DO MICROFONE - Não.)

O SR CARLÃO NASCIMENTO - Não, porque a LDO já foi votada nesta Casa e não tem previsão. Tem previsão na LDO de melhorar os salários dos funcionários no ao que vem? Também não. Então, não vem nada aí para o ano que vem também. Não teve neste ano e não terá no ano que vem, mas veio para esta Casa e foi feito por decreto este ano, pelo Governo Blairo Maggi, isenção, renúncia fiscal a algumas empresas, inclusive na área da soja.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

É preciso, Deputada Verinha Araújo, autora de um requerimento de informações que assinamos aqui, que venha esta resposta a esta Casa. Precisamos saber quais são as empresas que foram beneficiadas com essa renúncia fiscal. Renúncia fiscal. Aí disfarça, diz que é incentivo fiscal. Incentivo fiscal é para quem está entrando no Estado e vem trazer novos empregos. Essas empresas que estão aí, no geral, não empregam mais, mas tiveram renúncia por decreto, que regularizaram, Sr. Presidente, através de um projeto de lei que veio para esta Casa na última hora, todo cheio de rolo, e acabaram aprovando aqui. A Deputada Verinha Araújo está encabeçando e eu estou fazendo coro junto com ela... Mas há uma outra coisa, porque falaram aqui que o problema é caixa. Com a renúncia fiscal que fizeram aí, são mais de dez milhões que poderiam ir para a educação, porque é ICMS.

Eu fiz um outro requerimento na semana passada que tumultuou o Palácio. Agora todas as distribuidoras de combustíveis no Estado retêm o ICMS. Por exemplo, todo mundo que comprar combustível lá em Paulínia para distribuir aqui no Estado, o ICMS fica retido lá. Sabe o que estão fazendo? Desse que fica lá, estão pegando dez centavos por litro de óleo diesel e jogando direto no FETHAB. Então, tiram lá, põem no FETHAB e o ICMS vem para cá já descontado o FETHAB, o que está errado também. Por quê? Porque se cai esse bolo do ICMS todo aqui em Cuiabá, nós iríamos lá buscar os 25% da educação, os 12% da saúde e os 25% dos municípios. Quer dizer, esse é um recurso que está deixando de entrar na educação para bancar as estradas na área da soja. Portanto, eu queria colocar essas coisas para os senhores.

Contem comigo. O Arara Azul é coisa do meu coração também. Quando eu entrei lá, a Zezé sabe, eu incorporei o Arara Azul e por isso nós conseguimos formar mais de quatro mil profissionais. Contem comigo nesta luta. Estarei junto com vocês para que possamos formar mais araras. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Deputado Carlão Nascimento, apenas quero discordar do posicionamento de Vossa Excelência de que não teremos reajuste. Tem que ter reajuste. É preciso ter reajuste. A LOPEB garante reajuste.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Eu quero dizer que sou favorável ao reajuste. Eu sofri, eu fiquei 45 dias numa greve e 45 dias em outra. Esse pessoal fez até o meu enterro, para que eu tirasse (RISOS)... Eu sobrevivi para que tirássemos do Governo a reposição salarial, e nós tiramos. É uma luta, senhores. Os senhores não sabem como é o pessoal que arrecada, não gosta de deixar gastar de jeito nenhum, mas nós tiramos. Então, contem comigo nessa luta.

Eu disse ao Governador: Governador, eu sei ser governo e sei ser oposição. Conte comigo em tudo aquilo que favorecer a população. Estarei do seu lado. Agora, quando não, não conte comigo. E a reposição salarial é um direito!

A Deputada Verinha Araújo fez uma emenda à LDO, garantindo a reposição salarial no ano que vem, mas o Governador vetou. Agora, eu quero ver se vamos derrubar o veto. Com o meu voto, Vossa Excelência pode contar, Deputada (PALMAS).

A Srª Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE) - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Eu gostaria de dizer que a LOPEB garante o reajuste salarial da categoria e é lei. Tomara esteja na pauta de quinta-feira, dentre outras coisas que o Secretário Adjunto vai deliberar daqui a pouco.

Eu quero aqui também dizer que, na questão da greve de 45 dias, realmente o Deputado Carlão Nascimento que era o Secretário nunca se negou a nos receber. Lutamos naquela época, a Srª Tânica acompanhou de perto, a Deputada Verinha Araújo era Vereadora e participou ativamente, e eu, como Deputado, também. O Deputado Carlão Nascimento sempre foi, Sr.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

Máximo, de abrir as portas e ouvir as nossas reivindicações e as nossas cobranças, enquanto Parlamentar desta Casa, no ano retrasado e no ano passado.

Com a palavra, para encerrar esta parte, a Professora Tânia Pasqualim. Logo após, o Secretário Adjunto Máximo.

A SR^a TÂNIA PASQUALINE - Eu só pedi para retomar aqui algumas coisas, até porque o Máximo me provocou na hora que ele falou, ao dizer que eu não precisava ler a lei. Acho que repetir a lei é um exercício diário, Nós temos que repetir todos os dias para ver se entra na cabeça e cumpre, porque saber o que está inscrito é uma coisa, cumprir é outra (PALMAS).

E o Professor Máximo falou também que ninguém está autorizado a falar que o Arara Azul acabou. Olha, se alguém está falando que o Arara Azul acabou, não somos nós, porque se nós sonhássemos que o Arara Azul acabara, com certeza, nós não estaríamos fazendo esse tipo de mobilização. O que nós temos falado o tempo todo é que o Arara Azul está suspenso sem uma justificativa, sem o porquê dessa suspensão. O que foi nos dito até agora, não nos explicou coisa nenhuma. Se tem alguém falando que o Arara Azul acabou, com certeza, não somos nós, até porque, para falar o que nós falamos, nós não precisamos de autorização de ninguém, a não ser da própria categoria. E nós não falaríamos jamais em nome da Secretaria de Educação, porque não somos Secretaria, somos Sindicato.

Entretanto, na quinta-feira, no Seminário de Avaliação Docente que teve lá na Universidade, o pessoal da Superintendência de Formação, da qual o Arara Azul faz parte, os próprios responsáveis me passaram a informação - eu sinto muito, eu não lembro o nome das pessoas agora; eu sabia muito bem quem coordenava antes o Arara Azul, que era a Zezé, porque nós participamos de longas e longas sessões de estudos e de avaliação do projeto - de que havia apresentado ao Secretário Adjunto, Professor Máximo, no início de agosto, todas as turmas, as previsões de cada município e o número de alunos de cada turma, e que as palavras do Professor Máximo foram as seguintes: "Deixa isso guardado, para que, em novembro, nós veremos se no ano que vem nós retomaremos". Dessa fala, nós já tínhamos tido informação lá em Rondonópolis, através de uma diretora de escola, que viera fazer uma consulta aqui, inclusive na escola em que o Antônio coordena o projeto de retomada do curso normal. É um vigia de escola que coordena o projeto na escola para retomar o curso de formação de professores. É um vigia de escola que, na Escola Maria de Lima Cadidé, uma escola de periferia, de alunos de classe média baixa, resgata meninas e criou um grupo de dança que se apresenta em Rondonópolis. Foi um vigia de escola que criou e que ensaia com essas meninas. É um vigia da Escola Nossa Senhora do Amparo, que é outra escola de bairro de periferia, quase que esquecida lá no meio daquela terra toda, que criou o coral dos alunos naquela escola e que ensaia com as crianças que cantam e fazem apresentações.

Esse tipo de projeto, nós temos no Estado inteiro. Eu acho que não existe avaliação melhor do que significa, mesmo para quem ainda não fez o Arara Azul, a simples expectativa de fazer, de se transformar num profissional e de se reconhecer como parte do processo de educação. Não existe avaliação maior do que essa. Não existe avaliação melhor do que uma assembléia do SINTEP, onde os funcionários se inscrevem, pegam no microfone e discutem. Os que se inscreveram aqui hoje não são professores, são funcionários de escola que, hoje, como disse o Deputado Carlão Nascimento, se reconhecem lá dentro, têm auto-estima dentro da escola. O projeto - para o companheiro de Cuiabá que estava questionando - tem Sociologia e Filosofia, porque nós não queremos formar cozinheira, guarda, pessoal de limpeza, queremos formar educadores. É por isso que o projeto tem que ter Sociologia, Filosofia....

(UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

A SR^a TÂNIA PASQUALINE - Eu entendi o seu questionamento. Você deixa-me terminar de falar, por favor? Deixa-me terminar. Quem fez faculdade, fez faculdade para ser professor. A lógica da Sociologia, da Filosofia, da História da Educação é na lógica do funcionário, é na lógica do profissional, não é na lógica do professor. Então, é diferente. Mesmo aquele que é pedagogo, tem que fazer, inclusive para compartilhar com os outros que ainda não fizeram faculdade a experiência que ele tem disso.

Então, é por isso que o projeto não descarta nada, nem dispensa ninguém de coisa alguma. Esse projeto forma técnico. Assim como o Deputado Carlão Nascimento disse ter orgulho de ter formado na gestão dele, eu tenho orgulho de ter sido a relatora do projeto no Conselho Estadual de Educação. Fui eu que relatei, que pesquisei, que coloquei lá, inclusive, as matérias em revistas internacionais, falando do Arara Azul para aprovar o projeto no Conselho, não para ser realizado pelo CEFAPRO, mas para aprovar o programa de formação. Se não for o CEFAPRO, porque, por decisão da Secretaria, o CEFAPRO agora só pode trabalhar com professores das séries iniciais, que seja uma escola pública que assuma o Arara Azul em cada município deste Estado. Assim como em Rondonópolis, nós temos gente, inclusive, querendo começar voluntariamente, nós temos diretores de escola que se propuseram a trabalhar além da sua jornada para dar aula no Arara Azul.

Nós queremos que o Arara Azul recomece não no ano que vem, mas na semana que vem. É para garantir esse direito (PALMAS) que nós estamos enfrentando. É para isso que nós estamos enfrentando corte de água no CEFAPRO de Rondonópolis, inclusive telefonemas mandando funcionário voltar para a escola, porque vai cortar ponto, como se fazer mobilização não fosse direito, inclusive aprendido agora pelo próprio Governo, porque prefeito já faz greve também. Se prefeito pode fazer greve, imagine nós (PALMAS)! Nós é que podemos fazer greve! Aprenderam conosco e espero que tenham aprendido direito e que consigam o que querem. Espero que eles tenham aprendido direito. Se precisar, nós vamos lá ensinar mais um pouquinho como é que faz a coisa.

Quando o Deputado Carlão Nascimento fala que não tem reajuste, pode não ter no orçamento, mas ele conhece a nossa categoria. Se nós já enterramos um, nós podemos fazer o enterro de outra, de outro... Não tem problema nenhum! Vamos fazendo! Mas que vai garantir, que vai ouvir a educação, que vai ouvir funcionário, vai! Porque nós não estamos para brincadeira. Nós não brincamos de fazer comidinha na escola, nós não brincamos de casinha na escola.

Eu fico pensando, quando se fala em avaliação do Arara Azul... Desculpe-me, Deputado J. Barreto, mas é que as coisas vão acumulando no nosso ouvido, que tem hora que o meu sangue italiano não agüenta muita coisa, não.

Para avaliar o Arara Azul, primeira coisa, tinha que chamar o SINTEP, porque é um projeto construído por essa categoria, não foi presente de ninguém. Segunda coisa, avaliar qual é o impacto na melhoria da qualidade, muito bem, eu acho que deve ter, mas não existe o melhor curso, aquele que tirar nota dez em tudo, o maior título, doutor, PhD, ou o que for, que dê conta da qualidade na educação com as condições que a escola pública tem hoje. Não adianta ter o melhor profissional e não ter condição de trabalho. Não adianta ter o melhor profissional, com doutorado, e não ter material, ter escola com teto desabando, que não tem água, que não tem material de limpeza, que não tem merenda, que não tem nada disso. Não é avaliar impacto, é avaliar as condições de trabalho que estão sendo dadas para os nossos profissionais. Na hora que avaliar essa lógica, nós vamos ver todos os benefícios que o Arara Azul já deu e vai dar. Se o problema é o nome, nós trocamos para periquito, não tem problema (RISOS), ou troca para jaguatirica, ou para qualquer outro animal em extinção. O problema não é o nome. Esse projeto não é de Governo, esse projeto é

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

nosso (PALMAS) e tem que ser retomado logo. Nós não podemos ir embora para casa, dizendo que ainda vamos avaliar o Arara Azul. Nós queremos a data de quando o Arara Azul recomeçará (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - É por tudo isso que a Assembléia Legislativa, através do Requerimento da Deputada Verinha Araújo e do Deputado J. Barreto, está aqui trabalhando, para que isso aconteça.

Com a palavra, o Sr. Antônio Carlos Máximo, Secretário Adjunto de Educação do Estado de Mato Grosso.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Eu quero dizer para a Tânia que também tenho sangue italiano (RISOS). Ouviu, Tânia? Aliás, com muito orgulho, sou descendente de família italiana.

Eu quero apenas comentar com o Deputado Carlão Nascimento, e ele reconhece isso de público, que o projeto que ele defendeu na campanha o povo não aprovou. Agora, ele está na oposição, está fazendo oposição que ele entende ser a melhor possível, segundo o juízo dele. Agora, ele não engoliu ainda um discurso do Dr. Gabriel Novis Neves, que é uma pessoa extremamente cordata e sensata, naquele ato de posse, que não teve nenhuma intenção de agredi-lo, até porque não faz parte do perfil do Dr. Gabriel ter um discurso agressivo.

O que o Dr. Gabriel colocou na área de informação, eu vou repetir para os senhores, porque é uma coisa importante mesmo. Nós estávamos empenhados no investimento e na formação de professores. Para isso, nós tínhamos levado alguns cursos importantes que eram demandas de 13 Prefeituras da região do Baixo Araguaia, onde nós, através de convênio com a UNEMAT e com as Prefeituras, fechamos um pacote de seis cursos de licenciatura plena para aquela região formar 360 professores.

Fechamos um outro pacote com a universidade, que está desenvolvendo um curso extremamente importante numa das áreas mais complexas de Ciências Exatas, que é o curso de Ciências da Natureza, para formar 200 professores de Matemática, Química e Física. Já está em andamento, fui lá visitar o pessoal, vi o clima, é um curso interdisciplinar numa modalidade nova, extremamente rica e inovadora. Então, era isso que o Dr. Gabriel falava. O Dr. Gabriel também falava do convênio mantido com o NEAD, que agora abre nova turma em Colíder para 630 professores.

Então, era isso, Deputado Carlão Nascimento, que o Dr. Gabriel estava se referindo. Não tinha nenhuma intenção, até porque não é o seu perfil, de ser agressivo num discurso com quem quer que seja. Então, é importante destacar isso. O Governo não pensa só em estrada, não. Nós estamos fazendo um esforço na Secretaria. Já coloquei para a Secretária que nós vamos tentar fechar até o final do ano que vem uma média de 25 cursos de licenciatura plena em áreas que nós vemos que é preciso, que é necessário. Só construir escola, reformar escola, não traz automaticamente qualidade de ensino. Investir na formação de professores é importante. Então, não adianta dizer que o Governo é insensível nessa área porque nós estamos investindo nisso.

Temos condições de avançar mais? Não sei. Por exemplo, o Governo anterior tinha dois cursos aprovados, conveniados: um, com a UNEMAT, de Filosofia, para 100 professores, e outro, com a UFMT, para 50 professores, de Sociologia, que, por ordem da Secretaria de Fazenda, foi cancelado o empenho. Nós retomamos e mantivemos os dois cursos, exatamente porque entendemos que se o Secretário de Fazenda anterior cancelou, ele tinha lá suas razões, mas era importante serem mantidos. Os dois cursos foram mantidos e reafirmados os convênios com a Secretaria.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

Foi nesse sentido, Deputado Carlão Nascimento, que o Dr. Gabriel falou. Não tenho procuração aqui para falar sobre isso, mas não entendo que tenha tido aí um tom agressivo com relação... Não faz parte do perfil do Dr. Gabriel.

Com relação à... Eu senti um grande alvoroço quando eu pedi para o companheiro, chamei-o aqui, eu não entendi a razão. Eu pedi exclusivamente para ele pegar aquele documento do RH e pedi ao SINTEP para colocar na pauta da reunião de quinta-feira. Era isso que eu estava pedindo para ele. Não tinha nenhuma outra intenção. Quero que o SINTEP leve, porque isso é um problema de administração que tem que ser colocado.

De modo geral, vou assumir aqui, de público, sem medo, porque o Governador também assumiria, que há uma lentidão muito grande nos processos da administração, entre RH e Secretaria de Administração. É um problema, estamos tentando corrigir. Tinha um superintendente que foi substituído, o Zé Cláudio. Por problemas particulares, ele resolveu voltar para a sua função inicial, não quis ficar. Nós nomeamos o Ben Hur, com uma grande expectativa, uma grande esperança, mas mesmo assim os problemas continuaram. Agora foi nomeado um novo superintendente, que é o Luiz Antônio, de quem temos recomendações muito positivas. A função dele é exatamente trabalhar para agilizar esses processos, porque não têm sentido certas lentidões. Por exemplo, o pagamento de interinos atrasava muito. Nós conseguimos dar uma acelerada muito grande nesse ano. Nós adiantamos em quarenta dias o pagamento do maior grupo, o de contratação, que é todo aquele processo, lotação, atribuição, mas às vezes o quadro da escola vem para a Secretaria com erro e tem que voltar, enfim, todos aqueles processos que vocês já conhecem. Não tem sentido, chamamos o RH, temos que acelerar esse processo. Pagamos a folha de janeiro no dia 17 de janeiro. Se não me engano, o mês de agosto está sendo pago hoje. Isso é importante, é um esforço do Governo, é um esforço. Estão informando que pagou hoje. Então, nós conseguimos adiantar a folha do dia 17 para o dia 02, isso é um esforço do Governo que está sendo feito, que é preciso ser reconhecido.

Agora, com relação às questões mais pontuais, eu vou tentar colocar o seguinte: eu acho que, na reunião de quinta-feira, o SINTEP deve retomar essas questões porque nós resolvemos, decidimos com o SINTEP na reunião passada aqueles pontos pendentes com relação ao RH, o que foi decidido politicamente passou para o RH e nem todos os casos seguiram, tiveram a seqüência e agilidade que deveriam ter. Alguns já foram resolvidos, já foram enquadrados. Por exemplo, os vigias, ela me confirmou agora que o adicional noturno dos vigias já foi pago, ela está confirmando isso. Então, tem que pegar essa lista de pessoas para ver porque não foi pago, que problema que está acontecendo, se é na SAD, o que é. Enfim, eu não estou aqui fugindo, eu estou assumindo a crítica correta de que a máquina pública está lenta ainda, não tenho nenhum problema em assumir isso, porque o Governador faria, sem nenhuma sombra de dúvida. Nós temos esse compromisso, mais do que isso, essa obrigação de corrigir esses processos, para que sejam acelerados.

Com relação ao impacto na folha, eu preciso esclarecer, porque não foi bem interpretado. Eu estou dizendo o seguinte: a folha deste mês, de R\$34.600.000,00 - essa informação eu peguei no RH hoje de manhã -, significa oitenta e três por cento dos recursos da educação. Isso não quer dizer que são 83% de impacto do Arara Azul. Estou dizendo que o impacto do Arara Azul, que o impacto daquele enquadramento de 2002 significou R\$700.000,00 no mês, na folha. Esse é o impacto, R\$700.000,00, devido ao enquadramento das pessoas que fizeram o curso e que foram enquadradas em 2002 - 2.902 nomes entraram naquele ano, no ano passado.

Quanto à questão do automático, o SINTEP participou da discussão. Há um entendimento na área jurídica de que o que é automático é direito, mas o funcionário que tem o direito garantido, ele tem que requerer. Eu não sou jurista, não entendo de ciência jurídica, mas eu

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

tenho a experiência, pela minha universidade, de que nenhum ganho se faz sem requerimento. Eu não sei se entre a esfera federal e a estadual tem diferença na interpretação jurídica, mas na Universidade Federal se eu conquisto o título de mestre, eu passo para assistente, mas eu tenho que requerer. É um direito que eu adquiro, mas eu tenho que requerer. Então, é uma questão jurídica que tem que ser discutida. Não vou discutir isso. Ouviu, Tânia? Não vou discutir isso, porque não sou jurista, mas o SINTEP participou da reunião, e nessa discussão a Secretaria de Estado de Administração estava presente...

A Srª Tânia Pasqualine (FORA DO MICROFONE) - A Secretaria ficou de mandar por escrito para o SINTEP a posição, mas não mandou até hoje...

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Mas a Secretaria de Estado de Administração tem essa posição...

A Srª Tânia Pasqualine (FORA DO MICROFONE) - Mas a Secretaria ficou de nos mandar e não mandou até hoje, desde 02 de julho.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Tudo bem. Só que eu estou assumindo aqui, em nome da Secretaria, essa interpretação jurídica. Eu não estou fugindo disso, Tânia. Eu estou assumindo aqui, em nome da Secretaria, e inclusive acho isso uma deficiência. Acho que é uma grande bobagem, um desgaste político à toa, deliberar com o sindicato e depois levar um tempo enorme, burocrático, para atender uma coisa que já está resolvida politicamente. É uma bobagem politicamente. É uma bobagem.

Com relação à avaliação do Arara Azul especificamente, o que eu coloquei para a equipe em termos... Como eu cuido mais da área de política educacional de um modo geral, até, inclusive por minha sugestão, o Governador criou uma Secretaria Adjunta para administrar a questão do planejamento, do pessoal, da infra-estrutura, porque era a maior Secretaria Adjunta, ficaram mais afetas ao meu trabalho as questões ligadas à política educacional. Quando eu falo em avaliação... Eu quero dizer à Deputada Verinha Araújo que é muito fácil fazer aqui um discurso, dizendo que não tem que se assustar com a folha. Só se assusta quem tem que pagar a folha...

A Srª Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE) - Mas o senhor não sabia dos valores?

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Então, tem que pagar a folha e as pessoas que têm que pagar a folha têm que ter essa responsabilidade, sim. É muito simples chegar e dizer que não tem com o que se assustar e arrancar aplausos da platéia. Quem tem que pagar a folha tem que ter cuidado mesmo, porque não se pode atrasar salário. Isso é fundamental. E mais, o Governador está fazendo um esforço para pagar o salário dentro do mês. Então, a questão da folha é muito séria. Não basta fazer discurso para arrancar aplausos da platéia. Eu acho que é importante termos isso muito claro. Nós vamos tentar cumprir com essa determinação do Governo, vamos fazer um esforço - não sei se vamos conseguir, eu não estou prometendo -, para jogar a folha dentro do mês. É importante que isso seja feito.

Agora, eu acho que a avaliação do Arara Azul tem que ser feita em conjunto com a avaliação de uma série de outras coisas. É assim que eu entendo, como educador, como professor que trabalha com pesquisa e com educação.

Nós pegamos o resultado dos exames do SAEB, que avalia a qualidade do ensino na 4ª série, e na 8ª série... Eu gostaria que o Deputado Carlão Nascimento ouvisse isso, porque é importante, e ele já foi Secretário de Educação. O exame do SAEB é feito desde 1995. É um exame que mede a qualidade do ensino na 4ª série, mede a qualidade do ensino na 8ª série e na 3ª série do ensino médio, e avalia Língua Portuguesa e Matemática. O Ministro da Educação disse que o exame

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

do SAEB é uma tragédia nacional. O próprio Ministro disse isso. E nós temos a obrigação de procurar reverter esse quadro.

Eu quero saber o seguinte: o Arara Azul tem um potencial para ajudar a resolver esse quadro, não sozinho, mas com outras ações de Governo? Eu, particularmente, acho que tem, mas não do jeito que está. Do jeito que está, ele está desconectado da função fim. É uma função meio, que se desconecta da função fim. É nesse sentido que a avaliação está sendo feita.

Eu acho que, na quinta-feira, na reunião com o SINTEP, que está pautada, está agendada, protocolada na agenda, o Arara Azul é um dos pontos da discussão. Nós vamos aprofundar isso. Eu imagino que poderemos, até na quinta-feira, ter uma posição mais clara com relação a prazo.

Eu não vou aqui dar prazo, Tânia. Eu não vou dar prazo, porque eu não sou irresponsável. Dar prazo e depois não poder cumprir...

Então, na reunião de quinta-feira nós vamos ter uma posição mais amadurecida. Se nessa reunião com o SINTEP, na quinta-feira, Cida, não conseguirmos fechar, poderemos retomar uma nova reunião, não haverá nenhum problema, para recebermos o Sindicato. Agora, eu não vou fechar aqui uma data, porque a posição de avaliação de suspensão do Arara Azul é uma posição de Governo, de conjunto. Não é uma decisão somente da Secretaria de Educação. Foi uma decisão tomada em uma reunião estratégica do Governo. Era isso que eu gostaria de colocar.

Há outros pontos que colocaram aqui. Com relação aos pontos que o companheiro levantou, eu acho que grande parte se refere ao recurso humano, ao fluxo de processos, à lentidão dos processos, às informações contraditórias que se recebe. Eu acho que esse é um ponto muito sério, que tem que ser levado ao novo superintendente, que estará amanhã na reunião. Eu acho importante colocar todos esses problemas.

Quanto à folha, alguém disse aqui que o Juscelino arrebentou as finanças do Estado, mas foi o melhor Presidente. O Juscelino fez um saque na previdência que desequilibrou a previdência para o resto da vida, um saque para construir Brasília. Grande parte da construção de Brasília foi feita porque a previdência tinha recursos, mas foi feito um grande saque que desequilibrou a previdência. Quando ela começou a se equilibrar novamente, os militares fizeram um outro saque para investir em obras, na Transamazônica, mais não sei o que, e a previdência está na situação em que está hoje em função disso. Então, esse negócio de vamos arrebentar as finanças públicas, vamos atender isso, é algo delicado. Agora, eu vou reafirmar o que o companheiro de Cáceres disse. Eu disse para a televisão, em Cáceres, e é verdade, que 76 milhões, se não me falhe a memória, da folha de aposentados e pensionista estão na folha da educação.

A Sr^a Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE) - Quantos?

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - São 76 milhões, se não me falhe a memória, nesse ano. Mais de 70 milhões. Se não me engano, 76 milhões é a folha de aposentados e pensionistas em 2003. Em um orçamento de quatrocentos e setenta milhões, podem ver o rombo que isso significa. O que tudo isso significa? Significa que o servidor já contribuiu com a sua aposentadoria, Deputado J. Barreto, mas o Estado não se organizou, através de um fundo, para cobrir essa aposentadoria, e o funcionário da ativa hoje está pagando duas vezes. Ele está pagando para custear aquele que está aposentado, que já trabalhou, que já contribuiu, e está pagando a sua futura aposentadoria. Então, esse é um problema. Aí o Estado analisa o seguinte: jogar isso para um fundo de pensão do Estado, quebra o Estado e o aposentado não recebe mais. Essa é a avaliação.

Então, é preciso fazer um estudo para ver como é que se faz para retirar... Olha só o que a lei diz? Ela diz que é para manter o dinheiro da educação, que os 25% são para manutenção e desenvolvimento do ensino. Não é isso, Deputado Carlão Nascimento? Manutenção e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

desenvolvimento do ensino. Aposentados e pensionistas se enquadram nessa categoria, manutenção e desenvolvimento do ensino. É essa a questão. Então, ou o Estado, no seu conjunto - e aí envolve reforma da previdência como um todo -, resolve essa questão, ou nós vamos ficar todo ano tendo esse número volumoso de mais de setenta milhões de reais que não estão sendo investidos como a lei determina. O Dr. Gabriel Novis Neves disse isso também no programa *Terceiro Mundo*, sobre a perda dos 25%. Quer dizer, não se está investindo os 25% como a lei determina a manutenção e desenvolvimento, por quê? Porque está custeando a folha de aposentados e pensionistas.

A Sr^a Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE) - 35.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - É de 25 a 35, Deputada.

A Sr^a Terezinha (FORA DO MICROFONE) - Não, em Mato Grosso, são 35...

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Então, o Tribunal terá que rejeitar todas as contas passadas e daqui para frente todas.

(A SR^a TEREZINHA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Muito bem! Parabéns! E é uma briga que tem que continuar.

Deixa-me tentar concluir aqui todas as questões e ver se não tem ...

(A SR^a VERINHA ARAÚJO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Reajuste de DAS! Não existe isso. Aí no Governo não tem nenhuma informação dessa.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Chegou um projeto aqui, na quarta-feira, de reajuste de presidentes de fundações e autarquias, DAS.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Fundações e autarquias. Eu não tenho nenhuma informação de que DAS do SEDUC está sendo reajustado. Não tenho nenhuma informação disso.

Bom, e aí está na mão dos Deputados...

A Sr^a Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE) - DAS.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Mas não se trata de Secretários.

(A SR^a TEREZINHA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Não, porque foi falado de Secretários. Eu estou aqui até espantado, porque não tenho nenhuma informação disso.

(A SR^a TEREZINHA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Não. Impacto na folha, dá tudo.

Os cursos que estão sendo feitos, os seis cursos no Baixo Araguaia impactam a folha, o Arara Azul impacta a folha; qualquer reajuste, qualquer enquadramento impacta a folha. Aliás, a folha tem um crescimento vegetativo, e é natural a folha ter esse crescimento. Então, impacta.

Outra coisa que precisa ficar clara é que não podemos sair daqui com a interpretação de que está se gastando 83% com salários, contrariando a Lei Maior. Não é isso. O balanço é feito de todas as Secretarias, tem secretaria que gasta mais e tem secretaria que gasta menos. É no conjunto que o Tribunal de Contas analisa. Eu estou falando que 83% são na pasta da educação, mas tem secretaria pequena que não está gastando quase nada com relação a salários. Então, não estou dizendo aqui, é importante frisar isso, que o Governo no seu conjunto esteja gastando 83% da receita com folha. Eu estou falando que esse número é folha da educação...

(UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - Por que não cancela outro curso e não o Arara Azul?)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Mas não pode cancelar nenhum.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

(UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - Não cancelou, mas suspendeu.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Suspendeu, mas não cancelou. Não. Nenhum foi cancelado. Entre suspensão e cancelamento há uma diferença muito grande para nós.

(UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - O Deputado Barreto em três meses fez uma avaliação na Prefeitura, por que o Governo do Estado não fez isso.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Três meses nada. Ele respondeu dois anos na Justiça. O pau quebrou em cima dele lá em função disso. Ele fez uma avaliação, depois os professores entraram na Justiça... Ele fez certo. Eu dei o exemplo do Deputado J. Barreto, porque é um direito do novo gestor avaliar. Agora, você não pode comparar Rondonópolis, que tem um orçamento, daquela época não sei qual era, mas hoje em torno de 80, 90 milhões por ano, com o orçamento da SEDUC de 476 milhões por ano. São coisas muito distintas. Você não pode comparar uma prefeitura com o tamanho que ela tinha, com as dimensões que ela tinha, com as dimensões de um Estado. Tem que fazer essas ponderações. Os projetos são impactados diferentemente. Eu não fiz isso em termos de crítica, pelo contrário, foi apenas para dar o exemplo de que o gestor novo tem o direito de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Eu gostaria de assegurar ao Subsecretário Máximo a palavra.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Eu ouvi por uma hora e meia.

Já me ligaram que a outra reunião foi cancelada, enfim, faz parte do processo.

Eu estou querendo ver se não tem nenhuma questão importante que tenha ficado...

(UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - Sobre a terceirização da segurança.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Essa questão da segurança, eu acho delicada. Eu, particularmente, não me sinto muito à vontade para discutir isso sem a Secretaria de Justiça e Segurança Pública junto. Eu acho que é uma das coisas mais complicadas que temos. O assassinato dos dois guardas aqui foi dramático. Eles estavam armados e é uma questão delicada, que envolve todo o problema da violência das grandes cidades.

Nós temos, por exemplo, dados da polícia, da Delegacia de Entorpecentes, que nas escolas de ensino médio da Baixada Cuiabana, atenção para esse dado, isso é forte, que 90% das escolas têm pelo menos um aluno matriculado que faz a ponte com o tráfico de drogas. 90% das escolas de ensino médio da Baixada Cuiabana têm pelo menos um aluno matriculado que faz a ponte com os traficantes.

Nós temos casos, em Rondonópolis, por exemplo, naquela escola do Participação, onde há alguns dias chegou um grupo de quatro adolescentes armados, que tirou um aluno de dentro da sala de aula, sumiu com ele e ele só voltou na semana seguinte. Temos inúmeros depoimentos, de um diretor, por exemplo, que tentou proteger um aluno ligado ao tráfico, seqüestraram o diretor e quase o mataram. Então, a questão da violência, eu acho que talvez tenha que ter uma audiência para isso, para discutir especificamente, com a presença da Secretaria de Justiça e Segurança Pública junto.

(UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - Eu quero saber do Arara Azul.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Perguntaram. Perguntaram e estou tentando responder.

O Arara Azul, eu acho que podemos fechar a posição para discutir com o SINTEP na quinta-feira, porque está pautado isso, e ver se até lá fazemos novas gestões, podendo definir uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

data para o recomeço. Eu acho até que dá. Agora, não vou afirmar isso em nome do Governo inteiro. Do meu ponto de vista, acho até que dá para dizer: Dá para concluir todo esse processo de avaliação, fazer a ponte com a função fim, que é melhorar o ensino das crianças... Acho que o Arara Azul está mal aproveitado, tem gente que fez o curso e pode inclusive ter uma função na escola muito mais potencializada do que está fazendo. Eu acho que tudo isso pode ser concluído e tirada uma posição na reunião de quinta-feira. Era isso o que eu queria dizer para os senhores.

(UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Eu não tenho nenhum problema com isso. Nós vamos...

(UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Isso eu estou dizendo aqui. Eu estou assimilando a crítica, porque eu não acho que a crítica esteja sendo negativa. Essa crítica é uma crítica que ajuda a governar. Quer dizer, agora estou falando ao SINTEP que coloque essa documentação na pauta, vamos levar os dados, com informações precisas, assinadas pelos RH, contraditórias, vamos ver a lentidão. Eu acho que o SINTEP tem que fazer isso. Eu não acho que o SINTEP seja o único interlocutor do Estado, nem o SINTEP se colocou nessa posição, é um dos interlocutores qualificados e legítimos, mas não é o único. Mas eu acho importante que ele faça, estou pedindo que ele faça essa ponte, que coloque a documentação nas mãos. Ele precisa colocar que está acontecendo isso, isso e isso, até para que o superintendente que acabou de assumir tome conhecimento desses problemas.

(UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Coloque isso. Coloque isso. Anote para colocar isso. Agora, essa questão do estorno, eu também não estou entendendo.

(UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Eu sei o que é estorno. Eu não tenho essa informação do estorno.

(UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Precisa ver se isso é legal, precisa ver o que é isso.

(UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Você acha que o RH está fazendo tudo isso ilegalmente?

(UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Você me deu a informação agora e eu tenho que averiguar.

(UMA PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - Nós estamos ouvindo que o projeto está sendo reavaliado. Eu gostaria de saber do senhor se está realmente sendo reavaliado e quais foram os pontos negativos e positivos que vocês encontraram.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - A equipe está fazendo um relatório com dois eixos. Num eixo do relatório, levantando todos os problemas, todos os que ele apresenta e que podem ser corrigidos, e no outro eixo é a proposta que está sendo feita, ou seja, o Arara Azul, para responder a expectativa de que está colocado como um coadjuvante importante na melhoria da qualidade do ensino, precisa resolver esses e esses problemas. Então, o relatório está sendo feito com dois eixos e ficará muito interessante.

(UMA PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - Vai demorar muito para concluir esse relatório?)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Eu acho que não. Eu pedi para novembro, mas eu acho que sai antes.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Eu gostaria de ceder o tempo de um minuto ao Brizola.

Se houver discussão paralela, fica assegurada à senhora chegar a um denominador, ao encerramento com um resultado.

O SR. GILBERTO BRIZOLA SANTOS - Quando eu citei o JK, eu não estava propondo que a Secretaria de Educação arrebente as finanças do Estado não. Eu estava destacando o fato de quando é para atender interesses da elite, o Estado brasileiro não mede esforços. Como aconteceu com o projeto da industrialização, começado ainda no Governo Getúlio Vargas e concluído pelo de JK, como quando o Fernando Henrique Cardoso fez o PROER, para isso não se mede esforço, agora para atender a dívida social do Brasil, aí, sim, se mede esforço. Quero de novo citar que a Nova Zelândia, que a Irlanda, que a Coréia do Sul, que o Japão, quando discutiram educação, não ficaram citando 83%, não. Vamos fazer educação, porque sem educação, nós vamos ser escravos para o resto da vida.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Está assegurada a pergunta da senhora. Pois não, senhora.

(UMA PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Realmente a questão de uma categoria com salário diferenciado tem que sensibilizar o Governador. Eu gostaria de colocar que realmente esta Audiência Pública serviu, serviu e muito. Primeiro, tira-se daqui de que, na quinta-feira, o SINTEP, que é evidentemente um sindicato com uma representatividade muito forte, precisa - e aí nós temos o apoio do Sr. Máximo - encaminhar propositura na questão do Arara Azul. Logo depois eu disse a ele aqui que a Comissão, juntamente com os Srs. Deputados, poderá ir ao Governador Blairo Maggi para também sensibilizá-lo na definição do recomeço urgente do Arara Azul.

Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo, que pede dois minutos.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Só encerrando aqui, porque nós vamos sair para um encaminhamento.

Veja bem, primeiro, a Audiência Pública é fruto de uma solicitação do SINTEP, do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público, para que nós discutamos o problema na Assembléia Legislativa, que é onde foi votada a Lei Complementar nº 50. Na verdade, é uma lei que nós estamos discutindo, que esta Casa votou. Por isso, esta Casa teria que discutir a questão. Segundo, é fruto também de uma mobilização dos funcionários de escolas que, hoje, especificamente de Rondonópolis, estão paralisados, pelo menos na rede estadual os funcionários não estão indo trabalhar, aguardando uma posição da Secretaria Estadual de Educação, tendo em vista que eles iniciariam suas atividades na semana passada. Estava tudo definido, não é, Tânia?

Um outro ponto é que esta Audiência também sinalizou... O Professor Máximo, eu tenho certeza de que ele reviu uma série de questões que ele tinha até então sobre o projeto. Ele, como educador que é, foi meu professor na universidade, eu tenho certeza de que ele reviu uma série de conceitos e de avaliações. Acredito que esta Audiência servirá para ele chegar até a Secretária e ao Governador para acelerar essa questão da retomada do curso.

O outro ponto, e aí eu coloco para o sindicato, porque eles estão sinalizando para, na quinta-feira, levar na reunião de negociação já uma proposição de retomada do curso. Por isso, que eu queria ouvir o sindicato agora, se isso sinaliza e tal, ou se nós tomamos um outro encaminhamento além desse que o Deputado J. Barreto está propondo, que nós façamos uma visita

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

ao Governador para também conversar. Se for o caso, se quinta-feira não avançar na reunião de negociação.

Por último, eu queria dizer, Professor Máximo, sobre os valores da folha, que eu não joguei com a platéia. Eu só disse aqui que os senhores quando assumiram o Governo em janeiro, os senhores assumiram uma folha de pagamento que não alterou muito, alterou um ou dois milhões de reais. Portanto, quando os senhores ganharam as eleições, trabalharam com o que os senhores iriam receber por parte do Governo anterior, devem ter trabalhado um planejamento já sabendo da situação em que se encontrava. Nesses dias mesmo, no interior do Estado, eu vi um secretário dizendo que a folha foi reduzida em onze milhões de reais. Eu falei: Puxa! Eu quero descobrir o que será que tem nessa folha que reduziu onze milhões de reais!

(O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Tem. Depois eu vou dizer para o senhor. Falou que foi na folha da educação, que reduziu onze milhões de reais. Eu falei: Puxa! Eu quero saber o que tinha na folha, porque onze milhões de reais é dinheiro.

Então, por conta dessas informações, Professor Máximo, e o senhor agora já retomou, quando disse que 83% é na educação. Então, é na educação, porque no geral o Estado não está gastando o que a Lei de Responsabilidade Fiscal determina, que são os 44%. Não está gastando! Portanto, o Governo tem folga, tem dinheiro e tem margem para negociação salarial, precisamos discutir isso, por isso o Sindicato agora vai sentar quinta-feira, esperando que avance as negociações salariais para recompor um ano de perda acumulada e cumprir a lei. Era isso que eu queria dizer. Vamos aguardar. Quero ouvir o SINTEP para nós fecharmos a nossa Audiência Pública de hoje que, para mim, foi extremamente positiva.

Eu quero agradecer ao Máximo que ouviu nossas reivindicações, ficou até o final. É assim que nós vamos avançar. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, o Sr. Antônio que encerra a parte da platéia, porque nós temos que encerrar esta Audiência Pública no horário regimental. O senhor dispõe de um minuto.

O SR. ANTÔNIO - Nós vimos com uma esperança muito grande e o pessoal de Rondonópolis está aguardando essa resposta positiva. Eu fico surpreso por não levar essa resposta positiva, porque eu não sei o que vai acontecer lá, provavelmente, as escolas de Rondonópolis vão ficar sem os funcionários. Foi a decisão da assembleia de ontem.

Eu só quero lembrar uma coisinha bem curta: quando se discute o SAEB, nunca vi um secretário ou secretário adjunto, ou ministro, alguém do governo discutir porque o SAEB não deu resultado, discutir as políticas sociais, a fome que a criança chega chorando, a falta de caderno, o desemprego do pai, o desemprego da mãe, todas essas políticas sociais que nós temos que aplicar. Não se discute isso, não se fala disso, se joga em cima.

Hoje, o profissional da educação, Deputado J. Barreto, é médico, é pai, é psicólogo, é dentista, é policial, é tudo. Quando se faz um exame desse, o fracasso é da escola, nunca é das políticas sociais (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - O Professor Máximo quer encerrar, fazer o agradecimento, antes, porém, a Sr^a Maria Aparecida.

A SR^a MARIA APARECIDA - Sou funcionária profissionalizada pelo Projeto Arara Azul.

Quero dizer, Professor Máximo, que nós da entidade sindical reconhecemos no senhor um representante do Governo investido de poder político. Portanto, a resposta que está sendo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

protelada para quinta-feira, o senhor tem todas as condições, nesse momento, de fazer a sua afirmação. Então, quando está jogando para quinta-feira, na audiência, essa já é a quinta vez nesse Governo, em todas as audiências, que está agendado o ponto profissionalização. Portanto, nós temos aqui no seu pronunciamento já uma posição do Governo. Nós queremos, neste momento, sair daqui com uma definição melhor acertada, melhor conversada entre nós e não ficar com a protelação de que é somente na audiência com o SINTEP que isso será discutido.

Com relação aos problemas dos recursos humanos, igualmente nós vimos discutindo nessas audiências, inclusive o SINTEP, com bastante clareza sobre a confusão que os recursos humanos intencionalmente quer fazer entre vinculação de estabilidade e progressão na carreira. Nós exaustivamente temos discutido com a Secretaria que não há nenhuma vinculação.

Então, Professor Máximo, nós não estamos descartando a audiência, nem a audiência com o Governador, nem o envolvimento da Comissão de Educação, mas entendemos que o senhor tem poder suficiente para deliberar sobre esse assunto, inclusive a sua interferência com clareza por ser educador na área da educação é fundamental para que nós possamos garantir.

Então, companheiros e companheiras, esses assuntos, todos eles têm sido pautados nas nossas audiências e em todos os momentos nós estamos vendo esse protelamento. Isso, para nós, é indicador. Gostaria muito de sair daqui convicta de que o pronunciamento inicial do Professor Máximo foi revertido no final. Por isso, nós gostaríamos de ouvir um pronunciamento com mais uma definição sobre o projeto de profissionalização, porque o seu poder (PALMAS) foi dado para isso.

Quero aqui me incorporar ao que a Zezé trouxe, que é sobre a avaliação do projeto. Nós temos lá todos os relatórios finais, todo cursista entrega uma monografia no final do trabalho e há o Conselho de Avaliação que muito vai indicar. Os problemas que estão levantados aqui para serem avaliados em dois pilares, na verdade não há. O que nós temos é algumas cargas horárias que precisam ser rediscutidas, mas, enquanto princípio, o projeto está pronto.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Eu passo a palavra para a Sr^a Tânia Pasqualine fazer as suas considerações finais.

A SR^a TÂNIA PASQUALINE - Bom, Rondonópolis já tomou a decisão de aguardar, como estava aguardando até hoje. Se o Máximo, de novo, não atender os nossos apelos de dar uma definição hoje, vai continuar aguardando.

Eu só quero colocar, principalmente para a Secretaria de Educação, que isso se dê através da Assessoria Pedagógica, que não use desse tipo de maquinação - eu não tenho outro nome para dar -, de mandar cortar a água, de ligar, de tentar obrigar funcionário a voltar para a escola, porque isso não é admissível. A paralisação é um direito reconhecido e eu acho que esse tipo de coisa de chegar ao ponto de cortar a água lá do CEFAPRO, porque os funcionários estão acampando lá, é um absurdo ser feito, principalmente por um governo que se diz democrático. Respeitar as instâncias de deliberação dos segmentos faz parte da democracia. Então, eu acho que isso é um problema de gestão. Se foi assessoria, se foi diretor do CEFAPRO, para nós não interessa. São pessoas, são representantes da Secretaria de Educação. Então, isso é um problema de gestão. Não adianta dizer que não estão sabendo o que fizeram lá. Se é problema de gestão, alguém tem que responder por isso, e, na minha opinião, quem tem que responder é a Secretaria de Educação.

Rondonópolis já definiu que vai aguardar e eu acredito que nós, na direção do SINTEP, podemos estar inclusive encaminhando, rapidamente, pelo menos para os municípios onde tem CEFAPRO, para que, na quinta-feira à tarde, durante a audiência, se o Sr. Máximo não atender o apelo de responder hoje, que em todos os municípios onde haja CEFAPRO os funcionários permaneçam mobilizados no período que durar a audiência lá na Secretaria de Educação

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

(PALMAS). Então, todo mundo em assembleia, quinta-feira, aguardando essa posição. O que resultar dali, nós rapidamente informaremos para dar outro encaminhamento.

Eu acho que isso é o mínimo que nós podemos fazer, estar organizando para que o Estado inteiro esteja junto com Rondonópolis. Rondonópolis começou a abrir, agora tem que incluir os outros. E faço minhas as palavras da Cida. Eu acredito que o Sr. Máximo tem todo poder político, inclusive como Secretário Adjunto da política educacional do Estado, de nos dar essa resposta hoje e sinalizar mais positivamente o retorno do Arara Azul. Obrigada.

Obrigada a vocês todos por terem vindo (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra...

A Sr^a Verinha Araújo - Deputado, dê-me licença. Só complementando a fala da Professora Tânia. Mudou o Secretário, mas ele permaneceu no cargo, quer dizer, é um homem forte no Governo. Eu tenho certeza de que ele tem poder (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença do Professor Máximo, que sai daqui hoje com sua cabeça cheia de informações, depois da Audiência Pública nesta Casa de Leis, que é a ressonância da sociedade e é oficial.

Passo a ele, então, para as suas considerações finais, fazendo coro de que ele realmente tem força. Com certeza ele vai dar a solução positiva para esse caso que é um dos mais simples do Estado, ou seja, investir nos recursos humanos da sua própria Secretaria.

Com a palavra, o Sr. Antônio Carlos Máximo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Primeiro, uma questão importante que eu me esqueci, mas que é preciso colocar a todos. A Sr^a Tânia lembrou que a Secretaria definiu que o CEFAPRO vai trabalhar com as séries fundamentais. O que aconteceu com o CEFAPRO, não foi a Secretaria que definiu arbitrariamente. Foi em uma reunião que nós fizemos durante dois dias com todos os CEFAPROS em Cuiabá. Nós fizemos um longo processo de discussão sobre todos os programas e projetos que o CEFAPRO vinha desenvolvendo e, por consenso, nós entendemos que o foco do CEFAPRO é a formação continuada de professores. Se ele fizer isso, estará fazendo muito. E aí perguntaram: “E quando voltar o Arara Azul?” Aí nós vamos encontrar o caminho. Tem até um caminho interessante, hoje, que é a escola pública. Então, os CEFAPROS, por decisão colegiada, coletiva, vai com professor que atua nas primeiras séries, ou no primeiro ciclo, enfim, com formação continuada. Nós vamos reestruturá-los. Há CEFAPRO que não tem professor lotado. Em Confresa, por exemplo, só há um professor, que é cedido pelo Município. É essa a situação.

Eu gostei muito de todos os elogios da Deputada Verinha Araújo, da Sr^a Tânia Pasqualine, do Deputado J. Barreto, da Sílvia, do Deputado Carlão Nascimento. Gostaria muito, sinceramente, de poder bater o martelo aqui hoje, mas eu não vou contrariar uma decisão do Governador, que está sabendo desta Audiência, porque antes de vir para cá nós conversamos sobre ela.

Então, qual é o meu papel agora? É chegar na Secretaria e comunicar tudo que foi discutido nesta Audiência Pública. A Secretaria deverá se reunir com o Governador antes de quinta-feira, da reunião com o SINTEP, para ver se na reunião teremos uma deliberação. Esse é o meu papel.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com Vossa Excelência junto?

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Junto. Não tem nenhum problema se eu for convocado, porque o segundo escalão tem que ser convocado para participar da reunião. Eu sou do segundo escalão.

Então, saio daqui com esse compromisso. Inclusive, eu vou tentar, com as minhas anotações, colocar tudo o que avaliaram de pontos positivos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

Quero dizer, também, que vocês não têm nenhum problema com relação à natureza da avaliação em si, porque avaliar é um processo normal. Vocês estão reclamando da lentidão do processo, mas vocês não têm nenhum senão com relação ao mérito de um processo de avaliação.

Agora, a Secretária reunirá com o Governador, que chegará quinta-feira, pela manhã, ele começará a despachar quinta-feira, pela manhã, porque ele está viajando, mas ela falou para ele, pela manhã, que esta Audiência aconteceria aqui, que eu viria para cá. Esse é o meu compromisso.

Eu quero dizer o seguinte: eu sou, por natureza, educador. A minha identidade não é de político. Como político, eu sou um fracasso. Eu perdi duas eleições, uma para vereador e outra para prefeito. Eu sou educador por natureza. Estou no cargo de Secretário Adjunto de Políticas Educacionais por decisão do Governador, exatamente porque sou formado na área de educação e tenho vivência nessa área. Para mim, a minha participação na SEDUC justifica-se por vários motivos, mas tem um motivo que é chave, que é fundamental, que é melhorar a qualidade do ensino em Mato Grosso. Se o Arara Azul é um programa que pode ser colocado, engatado, nesse processo de melhorar a qualidade do ensino, e eu acho que ele pode, de minha parte, pessoalmente, não há nenhum senão. Agora, não há nenhum problema reavaliar programas que não estejam ligados nessa lógica e nessa corrente, porque é uma questão de respeito com o dinheiro público. Programas que estão sendo tocados com o dinheiro público, que não tenham repercussão, que não melhoram qualidade do ensino do filho do trabalhador... Por exemplo, eu briguei na SEDUC, dias atrás, violentamente, porque o pessoal do planejamento ainda chama aluno de cliente. Como é que o pai do aluno, o aluno, que paga o nosso salário, pode ser chamado de cliente? Por quê? Porque ali há uma concepção equivocada que a teoria da administração de empresa, a lógica, serve para a educação. Isso é um erro.

Então, eu não tenho problemas de vir aqui discutir. Se precisar vir discutir, eu virei discutir novamente. Se quiserem criticar, critiquem à vontade. Agora, eu tenho que argumentar nessa lógica. Eu trabalho com a lógica de melhorar a qualidade de ensino. Não é justo que uma criança fique três anos na escola e saia sem saber ler.

Cuidado, Antônio, com esse argumento. Esse argumento pode ser perigoso e reacionário, porque ele pode colocar a culpa na vítima novamente: que a criança não aprende porque vem de família com dificuldade, porque é pobre. Cuidado! Durante quarenta anos neste País, o seriado foi uma máquina de reprovação, uma máquina de exclusão. Aqueles alunos que no SAEB aparecem como crítico ou muito crítico... Aqueles 50% que aparecem como críticos e muito críticos, se fosse no seriado, teriam sido expulsos da escola. Eu não falo que é o professor, eu acho que a instituição escolar tem que dar uma resposta para isso. A instituição escolar. E ela envolve um conjunto. Não é somente o docente. Envolve até o prédio. Eu vi escolas no Estado onde é difícil ensinar naquelas condições. Não tem como ensinar. Eu vi, também, escolas boas, mas vi também exemplos, Deputado J. Barreto, de professores ensinando com qualidade em situações extremamente adversas e conseguindo ensinar. Quer dizer, você tem um mosaico enorme de professores, às vezes, em condições favoráveis que não conseguem ensinar, outros, às vezes, em condições absolutamente desfavoráveis que conseguem ensinar.

Eu estou na SEDUC em função disso, para ajudar este Estado a melhorar a qualidade de ensino. Fui formado com dinheiro público e estou dando retorno nesse sentido. Se não for para isso, não tem sentido. A nossa função lá é função meio. A função meio só existe para favorecer a função fim, do contrário, por si só, não tem nenhuma justificativa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO - ARARA AZUL, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2003, ÀS
09:00 HORAS.

Muito obrigado. Parabéns pela mobilização. Democracia é isso mesmo, é debate, é mobilização, não tem nenhum senão. Se alguém autorizou cortar a água do CEFAPRO, isso é um crime. Isso é um crime, porque não tem nenhuma...

(UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS MÁXIMO - Não foi discutido na SEDUC corte de ponto. Não foi discutido na SEDUC corte de ponto. Um abraço. Obrigado. Parabéns (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Esta Presidência, ao encerrar esta Audiência Pública, agradece a Deputada Verinha Araújo, o Deputado Carlão Nascimento, a presença maciça de vocês, particularmente, das pessoas que vieram de Rondonópolis.

Eu encerro da seguinte forma: está registrado nos Anais desta Casa que, na quinta-feira, o SINTEP, em audiência já agendada com a Secretária de Educação, Ana Carla Muniz, com o Secretário Adjunto, Professor Máximo, dará resposta objetiva sobre a questão do Projeto Arara Azul ter continuidade o mais rápido possível. Se não acontecer, na quinta-feira, a Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso autorizará a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social a marcar audiência com a Secretária e com o Governador do Estado de Mato Grosso, para termos uma resposta mais rápida quanto ao reinício do Projeto Arara Azul no Estado de Mato Grosso.

Parabéns a todos vocês! Muito obrigado!

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Rossana Valéria Guerra;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Ila de Castilho Varjão;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;

- Revisão:

- Laura Yumi Miyakawa.